



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Karlesandra Ferreira da Cruz Batista

VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFMA:
suas implicações psicossociais na vida de mulheres-mães

São Luís

2022

Karlesandra Ferreira da Cruz Batista

VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFMA:
suas implicações psicossociais na vida de mulheres-mães

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cláudia Aline Soares Monteiro.

São Luís

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Batista, Karlesandra Ferreira da Cruz.

VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA
UFMA : suas implicações psicossociais na vida de mulheres-
mães / Karlesandra Ferreira da Cruz Batista. - 2022.
99 p.

Orientador(a): Cláudia Aline Soares Monteiro.
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Graduação. 2. Impactos Psicossociais. 3.
Maternidade. I. Monteiro, Cláudia Aline Soares. II.
Título.

Karlesandra Ferreira da Cruz Batista

VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFMA:
suas implicações psicossociais na vida de mulheres-mães

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cláudia Aline Soares Monteiro.

Aprovada em: 28 de Janeiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Claudia Aline Soares Monteiro (Orientadora)

Doutora em Psicologia- UnB
Universidade Federal do Maranhão- UFMA

Prof.^a Dra. Carla Vaz dos Santos Ribeiro (1º membro)

Doutora em Psicologia Social- UERJ
Universidade Federal do Maranhão- UFMA

Prof.^a Dra. Fernanda Fochi Nogueira Insfran (2º membro-externo)

Pós-Doutorado em Saúde Coletiva- UFRJ
Universidade Federal Fluminense- UFF

Prof.^o Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara (Suplente)

Doutor em Políticas Públicas- UFMA
Universidade Federal do Maranhão- UFMA

São Luís
2022

*Dedico este trabalho a todas as mulheres-
mães-universitárias que lutam e almejam por
crescimento, autonomia e profissionalização!*

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos com uma das minhas passagens favoritas: *“Pois é Deus quem efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele”* (Filipenses 2:13). Antes de tudo, para chegar até aqui, não poderia deixar de agradecer Aquele quem operou em mim o desejo pela Psicologia e Quem guiou meus passos para que eu realizasse esse anseio. Obrigada, Deus!

Um dos sentimentos que mais admiro é a gratidão. E não a considero como uma das mais fáceis de sentir porque nos exige capacidade de juntar os fragmentos que sobraram das dificuldades e dizer: “está sendo difícil meu processo, mas estou agradecida por ele”. E isso não a torna uma positividade tóxica, pelo contrário, é compreender que mesmo pelos desafios que podem nos destroçar, nos re-fazemos, nos re-inteiramos, re-significamos.

Diante de tudo isso, muitos agradecimentos vêm pela explosão de lembranças desses 5 anos no curso de Psicologia (na UFMA, 7 anos). Passei por greves com duração de 6 meses, atravessei momentos temerosos devido ao contexto sociopolítico e econômico, fiquei sem refeição devido às correrias das atividades e, agora, passando pelos últimos momentos da minha graduação, atravessando uma pandemia, com idas ao campo de estágio de máscara e mantendo distanciamento social, conseqüentemente, defendendo minha monografia no modo *on-line*. Nunca imaginei. Porém, reitero que sempre vi a mão de Deus em seu cuidado e misericórdia infinita em todos os detalhes. Mais uma vez, só tenho a agradecer.

Ainda assim, diante de tudo isso, nesses anos tive experiências fascinantes que carregarei em minha memória como a faceta da Universidade que não desistiria por nada! Foi na UFMA que cresci pessoal e profissionalmente. Um espaço público que, mesmo pelos desmontes sofridos, continua a oferecer ensino de qualidade, por pessoas que continuam a lutar pela democracia da educação. Obrigada, UFMA!

Quero reservar, por último, esse espaço para citar pessoas que fizeram grande diferença em minha vida, tanto no meu percurso acadêmico quanto por aqueles que tenho afetos pessoais.

Aos meus pais, Francisco e Silvana, pelo cuidado inexplicável. Meu pai, por segurar todo o peso financeiro para que eu pudesse apenas me dedicar à profissionalização e que abria mão dos seus cochilos para me levar e buscar todos os dias na parada de ônibus, facilitando meu percurso para chegar na UFMA (em média 2 horas, se assim não fizesse, seriam mais). Sou privilegiada por isso! À minha mãe, que nem mesmo chegou a completar o Ensino

Fundamental pela necessidade de cuidar dos filhos e trabalhar, mas que sempre entendeu a importância desse meu processo e me apoiou, proporcionando a mim o que ela nunca teve oportunidade: lugar da educação na vida. Amo vocês. Minha caminhada nunca seria a mesma sem que vocês estivessem comigo. Muito obrigada!

Ao meu amor, hoje meu marido Bernerson Batista, que me acompanhou durante toda essa jornada, ouvindo e suportado todos os “não aguento mais essa UFMA” que eram quase diários (risos). Mesmo sendo de outra área totalmente diferente da Psicologia e, muitas vezes, achando até chato os assuntos que compartilhava, nunca hesitou em apoiar meus sonhos. Você é importantíssimo nessa caminhada. Obrigada!

Também aos meus animais de estimação, Adolfo e Brian, que foram suportes emocionais nos momentos que mais precisei, pelo simples fato de existirem. Talvez, eles nunca saberão desses agradecimentos, mas citá-los aqui neste espaço é de grande importância para mim.

No curso de Psicologia, na turma de 2016.2, esbarrei com pessoas incríveis, onde diferentes relações foram construídas, mas que cada uma tem um lugar especial e significativo. Às minhas colegas de turma, desde o início, Adriana Silveira, Emanuela Mendonça, Lissandra Xavier (hoje no curso de Medicina) e Lorena Silva: vocês tornaram mais leve meu percurso, muito obrigada! Não poderia deixar de fazer um adendo sobre as caronas que Lorena Silva oferecia, da Cohab à UFMA, eram momentos quase que “catárticos” sobre as aflições e dificuldades no curso, mas onde também compartilhávamos sobre nossos medos e situações pessoais e, assim, crescíamos juntas. Ali, no carro, era nosso espaço terapêutico. Sem dúvidas, isso se tornou fundamental. Muito obrigada por dividir esses momentos comigo!

Agradeço ao Prof. Jean Marlos Borba por ter me proporcionado momentos que muito enriqueceram minha caminhada na Psicologia, como os grupos de estudos em Fenomenologia e Psicologia Fenomenológica e Intervenções Assistidas com Animais- IAA. Além da oportunidade de participação no PIBIC, sendo meu orientador, rendendo minha pesquisa sobre Interação Homem-Animal que muito tenho afeto. Muito obrigada pelas contribuições na minha formação!

Indiscutivelmente tenho muitos agradecimentos ao Projeto de Extensão “Plantão Psicológico: democratizando o acesso à Psicologia”, pois foi nesse espaço que adquiri a liberdade em desenvolver minhas competências e habilidades profissionais, além de ser acolhida pela equipe que, coletivamente, construímos um ambiente facilitador de crescimento pessoal e profissional. Ao Professor Edson Bezerra pela oportunidade de tê-lo como supervisor,

sendo as sextas-feiras reservadas para sair com “tontura reflexiva” das discussões e trocas de conhecimentos teórico-crítico com base na Abordagem Centrada na Pessoa- ACP. Sem receios, essas “tonturas” me fazem muito bem! Também tenho agradecimentos à toda equipe do Projeto, de forma singular à Valentina Lopes pelo companheirismo que desenvolvemos durante as atividades e que se estenderam para fora da vida acadêmica. Ademais, esse Projeto mudou meu percurso e minha visão na Psicologia. Obrigada! Viva a Extensão na formação!

Sem mais, em especial, à coordenadora do Projeto, Profa. Cláudia Aline Monteiro, que foi tanta coisa pra mim (risos): professora, coordenadora, supervisora de estágio e orientadora de monografia. Mais que qualquer um no curso, ela esteve comigo desde o 4º período- na cadeira de Psicologia Social-Comunitária- meus olhos brilhavam ao ver sua competência teórico-metodológica e, no meu íntimo, dizia que era com ela que queria aprender a me tornar psicóloga! Tenho certeza de que muito do que me tornei, como profissional, tem suas contribuições e não hesitarei em dizer que tive a oportunidade e o privilégio de ter uma pessoa e profissional incrível na minha jornada. Muito obrigada!

Encerro, assim, com a letra de uma canção que é muito significativa e representativa desse momento: “Vejo vitórias se hoje eu olho pra trás. E à minha frente eu creio que tem muito mais. Eu sei que minha jornada aqui só começou. E ao longo dessa estrada, sozinho eu não estou” (Só o começo- Vocal Livre).

Todo o bem que a mãe goza é bem do filho, Espelho em que se mira afortunada, Luz que lhe põe nos olhos novo brilho! Ser mãe é andar chorando num sorriso! Ser mãe é ter um mundo e não ter nada! Ser mãe é padecer num paraíso!

(Coelho Neto, 1864-1934)

RESUMO

A experiência da maternidade, por si só, pode trazer inúmeras mudanças na vida de uma mulher-mãe, desde fisiológicas, emocionais, sociais, familiares, etc. Assim, vivenciar esse fenômeno na graduação seria lidar com dois universos de possibilidades e demandas, concomitantemente, com diferentes peculiaridades e exigências: maternidade e graduação. Esse processo pode ser potencialmente considerado um desencadeador de implicações psicossociais para quem o vivencia, permeado por significados culturais e sociais. Portanto, este trabalho é uma pesquisa de campo, qualitativa e participativa que teve como objetivo compreender as implicações psicossociais na vida de estudantes de graduação em Psicologia da UFMA, a partir de suas experiências de maternidade. A pesquisa foi realizada com 5 mulheres-mães universitárias do Curso de Graduação em Psicologia da UFMA, em diferentes períodos acadêmicos, sendo as principais responsáveis pelo cuidado do(s) filho(s). A pesquisa foi dividida em dois momentos, sendo o primeiro o preenchimento do questionário sociodemográfico e, no segundo, entrevistas individuais *on-line* via *Google Meet*. A análise dos dados foi realizada utilizando o modelo de análise de conteúdo de Laurence Bardin. Portanto, os resultados evidenciaram diversas implicações psicossociais da vivência da maternidade na graduação, como desempenho acadêmico, relações familiares, relações afetivo-sexuais, além da saúde mental dessas mulheres-mães universitárias. Além disso, por meio desta pesquisa e de outras que possam surgir, espera-se contribuir para a ampliação das discussões sobre as demandas das mulheres-mães nos cursos de graduação, possibilitando a implementação de Políticas Públicas e Educacionais, reconhecendo as implicações psicossociais na vida dessas alunas e os impactos no crescente número de mulheres que ingressam no Ensino Superior.

Palavras-chave: Maternidade; Graduação; Impactos Psicossociais.

ABSTRACT

The experience of motherhood, by itself, can bring countless changes in the life of a woman-mother, from physiological, emotional, social, family, etc. Thus, experiencing this phenomenon at graduation would be dealing with two universes of possibilities and demands, concomitantly, with different peculiarities and requirements: motherhood and graduation. This process can potentially be considered a trigger of psychosocial implications for the one who experiences it, as permeated by cultural and social meanings. Therefore, this work is a field research, qualitative and participatory that aimed to understand the psychosocial implications in the lives of undergraduate students in Psychology at UFMA, based on their experiences of motherhood. The research was carried out with 5 university women-mothers from the Psychology Undergraduate Course at UFMA, in different academic periods, being the main responsible for the care of the child(ren). The research was divided into two moments, the first being the completion of the sociodemographic questionnaire and, in the second, individual online interviews via Google Meet. Data analysis was performed using Laurence Bardin's content analysis model. Therefore, the results showed several psychosocial implications from the experience of motherhood in the undergraduate course, such as academic performance, family relationships, affective-sexual relationships, in addition to of the mental health of these university women-mothers. Furthermore, through this research and others that may arise, it is expected that it will contribute to the expansion of discussions on the demands of women-mothers in undergraduate courses, enabling the implementation of Public and Educational Policies, recognizing the psychosocial implications in the lives of these student womens and the impacts on the growing number of women who have entered Higher Education.

Keywords: Maternity; Graduation, Psychosocial Impacts.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil das mulheres-mães-universitárias.....	37
Quadro 2: Categorias primárias e secundárias das entrevistas.....	43
Quadro 3: Categorias finais com falas representativas.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP- Abordagem Centrada na Pessoa

ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAAE- Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CCH- Centro de Ciências Humanas

CFP- Conselho Federal de Psicologia

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CNS- Conselho Nacional de Saúde

CONSUN- Conselho Universitário

COVID- 19- *Coronavírus*

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil

HU- Hospital Universitário

IAA- Intervenções Assistidas com Animais

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES- Instituição de Ensino Superior

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil

PROUNI- Programa Universidade para Todos

SUS- Sistema Único de Saúde

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFES- Universidade Federal do Espírito Santo

UFMA- Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 MULHER, MÃE E PROFISSIONALIZAÇÃO	22
2.1 Ser Mulher	22
2.2 Ser Mulher-Mãe	27
2.3 Ser Mulher-Mãe-Universitária	34
2.4 Psicologia historicamente como profissão feminina	39
3 PERCURSO METODOLÓGICO	44
3.1 Método	44
3.2 Caracterizando o curso de Psicologia da UFMA	45
3.3 Participantes	46
3.4 Instrumentos e Materiais	48
3.5 Procedimentos	48
3.5.1 Coleta de dados	49
3.6 Considerações Éticas	50
3.7 Análise dos dados	51
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
4.1 Categorias sistematizadas a partir das entrevistas	54
4.2 Concepção sobre ser mulher	56
4.3 Concepção sobre maternidade e ser mãe	59
4.4 Formação em Psicologia na UFMA	64
4.5 Mulher-Mãe-Universitária	66
4.5 Amparo legal da maternidade na Universidade	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	87
APÊNDICE A- Formulário On-line de Participação Voluntária	88
Apêndice B- Questionário On-line Sociodemográfico	91

Apêndice C- Entrevista Estruturada Individual	93
Apêndice D- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	94
Apêndice E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido <i>Whatsapp</i>	98

1 INTRODUÇÃO

A maternidade é um fenômeno complexo e multidimensional que pode envolver diversos atravessamentos, por questões que vão desde alterações, sejam elas físicas e/ou hormonais, psíquicas, sociais e culturais na vida de uma mulher que se torna mãe. Dessa forma, diversas áreas, tais como a Psicologia, Sociologia, História, Antropologia, têm buscado estudar esse fenômeno, a partir das dimensões que o compõem, assim como buscado compreender as possíveis implicações que são inerentes a este processo que é a maternidade.

Sob o viés sócio-histórico, a compreensão pode ser ampliada ao analisarmos enquanto permeado de significados culturais e sociais, como propulsor de implicações psicossociais, principalmente através da romantização envolto no papel de ser mãe para a mulher que vivencia a maternidade, logo desde a gestação.

A construção histórico-cultural-social acerca da maternidade está associada à figura feminina, enquanto um ser que está instintivamente destinada a ocupar esse lugar, inclusive como aquela que detém os recursos inatos, internos e externos, para cumprir essa “missão”, uma verdadeira vocação.

A autora Badinter (1985) evidencia esse aspecto da vocação materna ao dizer que “[...] ela torna-se, portanto, uma santa porque o esforço exigido é imenso. Mas, contrariamente às verdadeiras vocações religiosas, que são livres e voluntárias, a vocação materna é obrigatória. Todas as mães têm a mesma "missão"”. (BADINTER, 1985, p. 270). Dessa forma, essa vocação materna contribui para a determinação sociocultural do ideal feminino.

Esses recursos considerados inatos e naturais são culturalmente conhecidos por amor incondicional de uma mãe para o filho, o que seria então, a romantização do vínculo, parte da idealização da maternidade. Todavia, isso tem sido problematizado ao longo dos anos, sendo desmistificado e considerado até mesmo como o “mito do amor materno”.¹

Essa "desmistificação" decorre da ampliação que passa pela possibilidade de pensar, problematizar, refletir e buscar conhecimento crítico, numa perspectiva compreensiva, o quanto é factível que esse papel minimize e/ou exclua a personalidade da mulher, sobrepondo todo seu ser apenas ao “aquela que é mãe”.

Assim, os recursos externos seriam a própria composição biológica do organismo feminino de procriar, gerar vidas. O ato de amamentar é, inclusive, marcante nesse processo.

¹ Termo retirado do livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno” de Elisabeth Badinter (1985).

Importante frisar que esses recursos externos estão muito associados à gravidez, diferente da complexidade que é a maternidade, visto que aquela se trata do momento gestacional e é demarcada por um início e fim, ao contrário da maternidade que não estabelece marco temporal, pois nem mesmo um fim se caracteriza pela morte de um filho.

Esses recursos e outros fatores da vida concreta particular de cada mulher que experiencia o “ser mãe”, não se isentam das influências sociais e culturais que circundam esse fenômeno, como já posto. Desde a gravidez, a mulher já experimenta sensações e sentimentos de apreensões, incertezas, expectativas.

Decorre, então, a necessidade do amparo emocional pela família e sociedade, assim como amparo do próprio Estado que tem dever em assisti-las em Políticas Públicas que atendam suas especificidades, como no caso deste trabalho, especialmente pelas políticas de assistências nas Universidades.

Tão importante quanto o amparo emocional, esse amparo econômico é imprescindível, quanto maior for o estado de vulnerabilidade socioeconômico da mulher. Pois, se trata de um momento, principalmente da gravidez até os primeiros meses de vida da criança, em que ela dedica-se integralmente aos cuidados de um ser que precisa de constante atenção e recursos. De todo modo, o papel paterno quando não ausente, se torna apenas “coadjuvante” nesse processo, recaindo sobre a mulher tais responsabilidades e a incumbindo de gerenciá-las. Esse papel é visto, portanto, como exclusividade da função de mulher, desresponsabilizando todos sujeitos que devem estar envolvidos, assim como naturalizando a sobrecarga ao se tornar mãe.

Estudos antropológicos e etnográficos² têm demonstrado como esse momento pode ser determinante na vida de uma mulher, determinando inclusive, suas obrigações com o filho e com o companheiro e/ou pai da criança, ter ou não profissão, seus comportamentos, etc. Essas determinações variam de cultura para cultura, estrutura social, religiões, mas de uma forma geral, o que tem sido percebido são as mudanças, principalmente provenientes com o início do Movimento Feminista, como as conquistas de direitos e visibilidade do feminino nos diversos setores sociais.

A entrada da mulher no Ensino Superior foi uma conquista advinda de tais mudanças. Segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE³(2010), no Brasil 12,5% das mulheres possuem Ensino Superior Completo e os homens têm

² Como o trabalho realizado “Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: narrativas de um self participante” de Urpia e Sampaio (2009).

³ O censo demográfico é uma pesquisa domiciliar coletada a cada decênio, mas devido à pandemia provocada pela COVID-19, o censo que seria em 2020 ainda não foi realizado até o presente momento.

uma taxa de 9,9%. Outros dados mais recentes revelam essa mesma tendência da entrada de mulheres no Ensino Superior, de acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2019), na graduação presencial, bem como na graduação a distância, pode-se dizer que o ingressante em 2019 é, quanto ao sexo, preponderantemente feminino. Se fosse realizada uma pesquisa mais ampla sobre esses dados a respeito das características dessas mulheres, é muito provável que um número considerável delas tivessem que conciliar a maternidade com a graduação.

Ainda que muitas pesquisas estão encontrando dificuldades para serem realizadas devido à pandemia, como o próprio Censo do IBGE que deveria ocorrer em 2020, as ofertas e políticas de entrada ao Ensino Superior continuam sendo ampliadas, para além do ensino público, com a criação de mais faculdades particulares, expansão do ingresso pelo financiamento dos programas- Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), sendo também oferecidos financiamentos pelas próprias instituições privadas.

Logo, o índice de mulheres que ingressam no Ensino Superior tem aumentado. Essa elevação é fruto de reivindicações pelo reconhecimento e pela garantia dos seus direitos. Dentre eles, está o acesso à educação de qualidade, desde o Ensino Básico até o Ensino Superior, para a garantia de formação e crescimento profissional. Assim, as mulheres vêm buscando essa qualificação e conquistando cada vez mais espaços no mercado de trabalho, em algumas áreas ainda de forma tímida, pois são mudanças que estão ocorrendo muito lentamente, mas que já possuem alguns destaques, como nas áreas de Engenharias e Tecnologias, por exemplo.

Não obstante, essas áreas continuam caracterizadas com predominância masculina, tal qual é demonstrado pelos dados levantados pelo INEP (2019), sendo os cursos com maior presença masculina, em números de matrículas: Engenharia mecânica (89,9%), Sistemas de informação (86,0%), Engenharia civil (69,8%), Engenharia de produção (66,3%). Em contrapartida, os que têm maior presença feminina em número de matrículas, são: Pedagogia (92,1%), Serviço social (89,6%), Enfermagem (83,7%), Nutrição (83,3%), Psicologia (79,5%), Gestão de pessoas (78,0%). Reforçando a contínua demarcação do lugar dos sexos nas profissões.

Contudo, um fator que pode ser desafiador nesse percurso de formação, de mulheres-mães⁴, está ligado à naturalização do fenômeno da maternidade, enquanto uma idealização de cuidados e afetos associado à figura feminina, trazendo implicações psicossociais, necessitando

⁴ O termo utilizado para referir à mulher que vivencia a maternidade, como forma de não sobrepor a maternidade à figura da mulher, descaracterizando-a de sua personalidade.

de possibilidades de acolhimento social, familiar e institucional, assim como de recursos para o enfrentamento de situações vivenciadas nesse processo.

Parece uma gama de possibilidades e oportunidades para o ingresso de mulheres no Ensino Superior, mas, seria de fato, esse ingresso visto como vantagem, uma real conquista? Se compararmos com décadas atrás, temos vários motivos para comemorar, todavia, essa questão ainda precisa ser problematizada, principalmente quando esse ingresso inclui a necessidade da conciliação e a vivência da maternidade na graduação.

Embora as literaturas vêm demonstrando que essa concepção de maternidade tenha sofrido mudanças ao longo dos anos, essa percepção parece estar ainda implícita nos discursos e comportamentos inscritos socioculturalmente. Esse conjunto de concepções afetam o modo como essas mulheres vivenciam a maternidade, precisando conciliar com sua formação profissional.

Essa “afetação”, além da forma psíquica e social, também carrega aspectos das instituições formadoras, ou seja, como elas podem contribuir ou dificultar para que esse processo seja permeado de conflitos ou como possibilidades pela busca de resoluções. Sendo assim, ingressar em uma Instituição de Ensino Superior- IES também provocaria outras mudanças, no que diz respeito à rotina, investimentos financeiros (como materiais de estudo, passagens de deslocamento, etc.), investimento no tempo para estudo, pesquisa, envolvimento em ensino, pesquisa, extensão.

Portanto, vivenciar a maternidade na graduação provoca a contínua busca pela conciliação de dois lugares, o ser mãe e estudante, que possuem demandas e exigências muito específicas de cada papel, porém, para que seja possível lidar com essas questões são necessários a utilização de diversos recursos, tais como físicos, subjetivos, sociais e econômicos.

As mulheres-mães que desenvolvem as atividades e responsabilidades da maternidade juntamente com seu percurso de profissionalização e, que não dispõem de tais recursos, podem ser propensas a sofrerem maiores impactos psicossociais. Uma vez que esses recursos são responsáveis por facilitar e mediar essas vivências, o que não exclui a existência de dificuldades e temores. Ainda, tendo em vista que cada processo é único, não se pode uniformizar essas vivências em uma fórmula. Cada mulher-mãe possui sua história, sua individualidade e suas peculiaridades.

Logo, essas implicações psicossociais que reverberam no processo de experienciar a maternidade na graduação dependem, exclusivamente, da configuração vivencial da mulher-

mãe e da influência sócio-histórico e cultural, ou seja, requer a consideração dos fatores que permeiam e afetam sua vida como um todo. Pois, por exemplo, embora uma mulher-mãe tenha recursos econômicos para lidar com a maternidade e a graduação, poderá sofrer com implicações subjetivas advindas do contexto social do “papel de ser mulher”.

Todas essas questões se convergem em dificuldades que podem ser vivenciadas por mulheres-mães que estão no processo de profissionalização, podendo levá-las, inclusive, ao trancamento ou desistência do curso, pois a conciliação da maternidade com a graduação atravessada pelas questões já expostas, podem ser desoladoras. Além de outros aspectos que reverberam no afetivo-relacional, familiar, afetivo-sexual, educacional, entre outros.

Enfim, uma graduação é outro universo de possibilidades e demandas, necessárias e importantes para qualquer pessoa que deseja uma especialização e capacitação para exercer uma profissão. Como muito bem aponta Urpia e Sampaio (2011), a posição das universitárias se cruza com as demandas da criança e entra em conflito com a posição de mãe.

Não é possível, dessa forma, universalizar as implicações psicossociais da mulher-mãe na graduação, pois seria desconsiderar o contexto socioeconômico, a rede de atenção familiar, o suporte ou atendimento psicológico que tem, etc. Cada mulher-mãe vivencia uma realidade, embora com semelhanças, mas de forma única. Realidades boas ou ruins? Condicionar valores a essas realidades não interessam nessa análise, pois seria mais uma vez desconsiderar a subjetividade daquela que vivencia.

Cabe, portanto, antes de tudo, pensarmos sobre as condições da desigualdade que afetam a qualidade de vida das mulheres no País e sua formação profissional. Porém, o que se torna inegável é que, ao considerarmos o papel da mulher na sociedade e o papel da mulher enquanto mãe, sim, essas implicações psicossociais se tornam visíveis e, de uma forma geral, parecem afetar a todas de alguma maneira.

O curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi criado em 05 de novembro de 1990, tendo completado, recentemente, o percurso de 31 anos, o que é um marco e uma grande conquista para os profissionais e estudantes, assim como para toda a sociedade, que é beneficiada com uma formação de Ensino Superior pública e de qualidade.

Considerando esses 31 anos de formação e o histórico quantitativo maior da presença de mulheres no curso, é possível supor que uma parte dessas mulheres vivenciaram a maternidade em algum momento, no início, durante ou no fim da graduação. E que essas mulheres-mães tenham sofrido impactos psicossociais ao longo desse percurso, com suas

peculiaridades existenciais-vivenciais, assim como considerando o contexto sócio-histórico-cultural em que vivenciaram.

Atuando há quase três anos como Plantonista no Projeto “Plantão Psicológico Centrado na Pessoa: democratizando o acesso público à Psicologia”⁵, pude escutar empaticamente várias mulheres-mães que traziam demandas, de forma direta ou indireta, sobre questões que envolviam o fenômeno complexo e multifacetado da maternidade.

Muitos desses discursos, apresentavam o “papel de ser mãe” enquanto provocador de sofrimento, sobrepondo e, até mesmo “sufocando”⁶, outros possíveis papéis existenciais dessas mulheres-mães, uma vez que essas possuem aspirações pessoais, relacionais e, inclusive, profissionais pela entrada no mercado, a partir, por exemplo, de um curso no nível de Ensino Superior.

Diante do exposto acerca do fenômeno da maternidade e sua conciliação durante a graduação, o problema que moveu a pesquisa perpassa concepções e ideias pessoais, enquanto mulher-universitária que tem desejo pela maternidade. Entretanto, desejo o qual tem sido barrado pelas vivências e condições concretas sociais, culturais e econômicas. Logo, como pesquisadora e colega de mulheres-mães da graduação, quais seriam, portanto, as implicações psicossociais na vida de mulheres-mães estudantes que experienciam a maternidade durante o curso de graduação em Psicologia da UFMA?

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi compreender como essas vivências da maternidade na graduação podem reverberar em implicações psicossociais na vida dessas estudantes. Nesse sentido, com os objetivos específicos foram analisadas as concepções que universitárias mulheres-mães têm dos termos mulher e mãe, a partir da construção sociocultural de seus papéis; Identificadas as vivências de estudantes mulheres-mães no curso de graduação em Psicologia da UFMA e suas implicações psicossociais e, por fim, investigado como essas mulheres-mães analisam as suas vivências no curso de graduação em Psicologia frente aos desafios de exercer diferentes papéis, considerada historicamente uma profissão predominantemente feminina.

A pesquisa foi realizada no curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, onde há grande quantitativo de mulheres, sendo 312 de 414 alunos com matrícula ativa⁷,

⁵ Projeto de Extensão: “Plantão Psicológico Centrado na Pessoa: democratizando o acesso público à Psicologia”, Resolução 1646-CONSEPE, de 09 de outubro de 2017.

⁶ Referente à fala de uma mulher-mãe, em um dos atendimentos, ao dizer que se sente “muitas vezes sufocada por ser mãe”.

⁷ Dados referente ao semestre 2020.2 em que o Projeto da Pesquisa foi elaborado.

correspondendo a mais de 75% dos alunos. Além disso, a presente pesquisa visa contribuir para dar visibilidade para essa questão na Universidade, ampliando e abrindo espaço para que haja debates entre a instituição formadora e a comunidade acadêmica.

A metodologia utilizada caracteriza-se como pesquisa de campo, qualitativa numa perspectiva participante. A pesquisa de campo, tendo como referência a característica qualitativa, segundo Neto (2002), se apresenta como uma possibilidade de aproximação com aquilo que intencionamos conhecer e estudar, assim como criar conhecimentos, partindo daquela realidade presente no campo.

Assim, o campo não se trata necessariamente de uma delimitação geográfica, mas focaliza em uma comunidade, em que esse se torna “[...] um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos” (NETO, 2002, p. 54). Logo, a pesquisa foi construída por meio do estabelecimento de vínculos com as participantes, uma vez que essa concepção não as vê como mero objeto a ser explorado.

A análise de dados foi realizada a partir do modelo de Laurence Bardin (1977), a análise de conteúdo que consiste em procedimentos sistemáticos e objetivos acerca das mensagens contidas nos conteúdos, no qual, nesta pesquisa, foi organizada em categorias baseada nas entrevistas com as participantes.

O texto foi organizado em cinco partes, sendo a primeira esta introdução; a segunda parte foi reservada para fundamentação teórica, onde são apresentados e discutidos os papéis de “mulher, mãe e profissionalização”; na terceira parte são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, tais como método, participantes, instrumentos e materiais utilizados, procedimentos, coleta e análise de dados; a quarta parte é subdividida em resultados e discussões, onde são apresentadas as categorias encontradas a partir da coleta de dados realizada; e, por fim, na quinta parte estão as considerações finais.

Finalizando, estão as referências bibliográficas e os apêndices.

2 MULHER, MÃE E PROFISSIONALIZAÇÃO

E como nasci? Por um quase. Podia ser outra. Podia ser um homem. Felizmente nasci mulher. E vaidosa. Prefiro que saia um bom retrato meu no jornal do que os elogios. Tenho várias caras. Uma é quase bonita, outra é quase feia. Sou um o quê? Um quase tudo. (Clarice Lispector, em Entrevista)

2.1 Ser Mulher

Ao longo da história, principalmente nos últimos anos, têm sido crescentes os debates e reflexões a respeito da complexidade dos aspectos que giram em torno do feminino, centralizado na pergunta “o que é ser mulher?”. Uma pergunta que pode parecer simples de ser respondida, mas ao se buscar a resposta, diversas possibilidades se abrem pelos fatores que atravessam tal definição. Construções, desconstruções, significações e subjetividades estão envolvidas nas concepções.

Para tanto, o “ser mulher” se desenvolve socioculturalmente circunscrito num determinado percurso histórico. Não se constrói a partir do “nada”, pelo contrário, o meio sócio-cultural-político é potencialmente definidor. Logo, isso significa que essas concepções variam de sociedade para sociedade, tempos e tempos, considerando fatores como o sistema econômico, político, cultura, religião, educação, etc. Esses influenciam diretamente tais construções. De todo modo, muitas são as concepções que já foram elaboradas e que hoje se tornaram invalidadas, todavia outras são constantemente levantadas.

A concepção que define o que é “ser mulher” não se trata apenas de um exercício filosófico, cognitivo-reflexivo, mas, antes de tudo, uma construção teórico-prática que, conseqüentemente, determina o lugar da mulher na sociedade, o seu significado, seus papéis. Isso inclui, para além da percepção do mundo real com sua organização social, política, moral e cultural, também a subjetividade feminina.

Inegavelmente, toda concepção é sustentada por ideologias, nesse caso, a problemática de gênero envolve relações de poder. Logo, são relações de poder que legitimam uma determinada classe, gênero, etnia como inferior por uma outra, considerada superior. Nesse caso, especificamente, se trata da valorização masculina em detrimento da feminina.

Vários discursos desde a Antiguidade vêm construindo a desigualdade de gêneros como natural e legitimando as diferenças entre os homens e as mulheres, construindo um sujeito com uma identidade determinada, impondo através das relações de poder verdades sobre ele. (TEDESCHI, 2012, p. 15)

Diante disso, o “ser mulher” é socialmente construído a partir de parâmetros da masculinidade, o que significa a construção de uma identidade feminina invisibilizada e silenciada. Com a subjetividade e direitos negados, em muitos momentos da história da humanidade, mulheres faziam parte da classe marginalizada, juntamente com pobres e negros, por exemplo.

A discussão, estudo e análise dessa questão de gênero não é muito antiga. Segundo Henriques e Lisboa (2017) a preocupação em levar esses debates aos espaços públicos só veio a ganhar força nos anos 1970, a partir dos estudos feministas, onde havia “questionamentos referentes à identidade e seu não determinismo apenas por aspectos culturais, mas também, de gênero” (HENRIQUES; LISBOA, 2017, p. 61).

As referidas autoras apontam que, contudo, esses estudos de gênero não problematizavam sobre o feminino, mas numa maior tentativa de diferenciar os sexos. A ampliação e aprofundamento considerando os elementos sociais, políticos e culturais que auxiliam na construção identitária feminina, teve relevância posteriormente, nos anos 1990.

Para César *et al.* (2019), o Movimento Feminista, que teve suas primeiras mobilizações na Revolução Francesa e teve grandes contribuições dos escritos de Simone de Beauvoir que inspiraram (e inspiram) a mobilização de mulheres através das pautas que apresentava em suas obras. Uma de suas obras que ficou muito reconhecida por esse Movimento foi "O segundo sexo", de 1949. Para Alves e Pitanguy (2003), se torna difícil estabelecer com precisão uma definição do que seja feminismo, “[...] pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 07).

Portanto, quando aqui se refere ao Movimento Feminista, o objetivo é trazer a ideia de processo, dinamicidade e mutabilidade, onde não há uniformidade das ações e intencionalidades, uma vez que o Movimento se amplia em diversas correntes, posicionamentos e ideologias. Todavia, qualquer que seja essa vertente, é sabido há o princípio em defesa e busca por conquistas dos direitos das mulheres.

Um dos conceitos questionados por Beauvoir, em seus escritos, foi a determinação da maternidade à mulher, sem que essa tivesse liberdade de escolher. Dessa forma, o Movimento,

pela contribuição de suas reflexões, “[...] passou a pensar a maternidade como construção social e instrumento de dominação do sexo masculino sobre o feminino, de modo que a maternidade servia para delimitar o lugar das mulheres na sociedade: em casa, cuidando dos filhos”. (CÉSAR *et al.*, 2019, p. 69)

A naturalização da ideia da mulher enquanto “sexo frágil”, “rainha do lar” e tantas outras caracterizações que identifica o feminino, como algo uniforme e fechado, de forma que, se algo é visto ou dito fora dessa “normatividade”, tanto na vida privada e pública, esses comportamentos são condenados, visto que esses se traduzem como uma espécie de heresia sociocultural e moral.

Ainda sobre o contexto anterior à contemporaneidade, Viana *et al.* (2019) apontam que a medida que iam ocorrendo novas configurações sociohistóricas e econômicas, mais precisamente após a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a mulher começou a adentrar nos espaços do mercado de trabalho, pois muitos homens não conseguiram sair vivos ou ficaram com sequelas que os incapacitaram em decorrência dos conflitos vividos.

Uma propaganda bem representativa do momento foi o cartaz produzido no governo americano, pelo artista gráfico J. Howard Miller⁸, de uma mulher com lenço vermelho nos cabelos com as “mangas arregaçadas” mostrando o bíceps, simbolizando força e empoderamento, com o título “*We Can Do It!*” (Nós podemos fazer isso!). Tal imagem acabou se tornando, até o momento, representativa do Movimento Feminista enquanto defesa dos direitos femininos, no entanto, a real intenção da propaganda era de cunho econômico, visando que a economia e produção do País não parasasse.

O contexto e as condições da época tornaram favoráveis a entrada da mulher no mercado de trabalho formal, não exatamente, como apontado acima, como uma conquista de direitos, mas que permitiu que o público feminino mostrasse suas habilidades e potenciais, para além dos muros domésticos. Assim, as mulheres passam a assumir novas responsabilidades somando com as que já possuíam no âmbito doméstico. Isso significa que, a partir disso, passaram a adquirir funções além das que já possuíam, sem diminuí-las ou dividi-las com o sexo masculino, o que acarretou uma enorme sobrecarga, pois precisavam cuidar do lar, dos filhos, marido, cuidar de si própria e ainda ser capaz de dar conta das funções relacionadas a sua profissionalização.

⁸ Da fábrica Westinghouse Electric Corporation.

Consequentemente, esse “pacote” continua válido e tem provocado implicações na vida dessas mulheres e dificuldades na conciliação de todas essas funções (VIANA *et al.*, 2019).

No dado contexto, a mulher assume então um novo papel na sociedade, cujo qual troca-se a imagem frágil, remetendo-a a uma figura de força e coragem, com posição no mercado de trabalho. Não só conquista este lugar de labor, mas também imiscuir-se na educação superior, o que a leva para lugares de destaque na sociedade, possibilitando-a galgar e a disputa com igualdade ao gênero masculino no mercado. (VIANA *et al.*, 2019, p. 85)

Mesmo com essa nova configuração, acompanhado de todo Movimento de resistência e reivindicações, as concepções arraigadas sobre o feminino perduraram por muitos anos e, em nossos dias ainda continuam, porém, de forma mais implícita ou melhor, mais eufemístico.

Interessante ressaltar que por exercer diversos papéis, concomitantemente, a mulher da atualidade tem deixado de ser vista como “sexo frágil” e passa a ser vista como “Mulher-Maravilha”. Ainda que a ideia inicial da *DC Comics*⁹ de dar vida a essa personagem fosse inserir a mulher num universo masculino de heróis, acabou trazendo novas discussões, tais como sobre a objetificação do corpo feminino, uma vez que a personagem é hipersensualizada. Embora a história da personagem tenha várias edições, acompanhando as críticas e preocupações sociais do seu tempo, existe uma concepção generalizada acerca do que é ser a Mulher-Maravilha.

A mudança da concepção de “sexo frágil” para “Mulher-Maravilha” nada mais é que um paradoxo agressivo sobre a ideia do que é ser mulher. Ora, uma vez que não consegue dar conta de suas funções e precisa do auxílio de outro (seja do companheiros e outros), é considerada sexo frágil. Mas, se é alguém que consegue com êxito sustentar todos os seus papéis, em cuidar dos filhos, de suas relações afetivas-sociais e de sua profissão, é Mulher-Maravilha. Não há meio termo. Não tem como ser as duas coisas.

A ideia de Mulher-Maravilha tem sido propagada como ideal feminino dessa figura heroína, mas muitas vezes sem colocar em pauta as implicações que atravessam esse lugar. Não há lugar para renúncias, não há lugar para o cansaço, não há lugar para derrotas, não há lugar para o sofrimento, afinal, ainda que com “super poderes” continua sendo mulher, pois “[...] ser mulher, no caso da Mulher Maravilha, é visto diversas vezes como ponto de fraqueza, em outras, como uma importante personagem dentro do universo dos quadrinhos” (HAUCH, 2017, p. 85).

Tedeschi (2012) elucida que o discurso científico foi um dos grandes suporte para a construção dessas concepções, dado que a preocupação estava em investigar a origem dos

⁹ Editora norte-americana de Histórias em Quadrinhos do mundo. Outras de suas criações são: Mulher-Maravilha, Superman, Batman, entre outros.

homens e da diferença sexual, buscando construir uma teoria sobre o corpo feminino, delimitando as mulheres aos seus aspectos biológicos, com maior ênfase no sistema reprodutivo, no caso de procriação.

Diante disso, os discursos filosóficos e científicos foram pilares na sustentação da visão sociocultural da mulher enquanto um ser, (não necessariamente uma pessoa, em termo amplo, que é considerada em suas múltiplas composições), cuja existência estava destinada aos cuidados dos filhos e às atividades domésticas, sem participação política e social. Contudo, esse cenário muito se modificou, e essas concepções foram ameaçadas, especialmente pelos frutos do Movimento Feminista, pelo qual “[...] as mulheres iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública, no campo do trabalho, da educação e da representatividade política”. (GURGEL, 2010, p. 1).

Esse Movimento de resistência se expandiu em vários países, cada lugar com suas especificidades, mas com objetivos comuns ao buscar a construção de um caminho com abertura à voz e liberdade da comunidade feminina. Importantes direitos foram conquistados por meio de anos de lutas e reivindicações, tais como direito ao voto e entrada no mercado de trabalho formal. Embora grandes conquistas e largos passos tenham sido dados, ainda há muito o que se caminhar. Entre pedras e espinhos, mas também com determinação e implicação político-social visando ação transformadora.

Ainda que hoje o feminismo tenha alcançado muitos adeptos com diversos públicos, assim como se compõem em várias vertentes e, inclusive muitos homens defendem essa bandeira. Entretanto, alguns autores constroem críticas sobre como esse Movimento pode ter se tornado “modismo” contemporâneo, descaracterizando sua perspectiva crítico-libertária. Essa é uma das críticas tecidas por Tiburi (2018 *apud* Menuci, 2018) que afirma o feminismo como muito além de atitudes levadas por impulsos de indignação, o que considera como um modismo atual, sobretudo, ela considera que há necessidade de ser pensado e retirado apenas do plano teórico, transformando-se em “ação ético-política”.

No contexto contemporâneo, as mulheres vivem com todas as mudanças e conquistas que foram realizadas ao longo dos anos. Direitos que antes eram impensáveis, como direito ao voto, disseminação de métodos contraceptivos, participação feminina em cargos políticos, entrada no Ensino Superior e no mercado de trabalho, são alguns que podem ser citados. Todavia, com muitos motivos a serem celebrados, muitos passos e frentes da causa feminina precisam ser construídos e enfrentados.

Diante disso, Tedeschi (2012) aponta que ao estudar sobre a questão do gênero feminino, nos deparamos com os símbolos a que estão ligados, como o corpo, a sexualidade, o trabalho e todas suas representações. Além de outros aspectos, como já mencionados, as relações de poder, a religiosidade, as relações sociais, a vida econômica.

No tocante a esses aspectos, muitas mudanças ocorreram, outras continuam resistentes a modificações, outras precisam ser reconstruídas.

Atualmente, é facilmente vista a expressividade feminina em cargos e funções diferentes e até mesmo em cargos de chefias, o que mostra que o preconceito vem sendo minimizado em muitas áreas. A mulher passa a ser protagonista de sua própria história e não apenas como mulher passiva submissa às vontades alheias, passa a ser uma figura de resistência. A partir da aquisição de conhecimentos, passa a ter a capacidade de escolha quanto a formar família ou não, de ter filhos ou não, passa a ser dona de si mesma, tendo voz ativa em uma sociedade. (VIANA *et al.* 2019, p. 85)

2.2 Ser Mulher-Mãe

*Mamãe, mamãe, não chore
Pegue uns panos pra lavar, leia um romance
Veja as contas do mercado, pague as prestações
Ser mãe é desdobrar fibra por fibra
os corações dos filhos
Seja feliz*

(Mamãe Coragem- Caetano Veloso e Torquato Neto, 2008)

A maternidade é um fenômeno complexo e multifacetado. É, portanto, um desses aspectos associado à figura feminina, tomando esses dois elementos como indissociáveis, ou seja, uma mulher não poderá estar “completa” se não vivenciar a maternidade. Assim, a identidade feminina passa a ser caracterizada pela maternidade, o que poderia ser uma escolha passa a ser quase que uma imposição.

Desde a gestação, apontam Fonseca *et al.* (2018), momento esse que o feto e o embrião são gestados no útero e vai até ao nascimento do filho, as mulheres passam por inúmeras alterações corporais, hormonais, interpessoais, psicológicas que necessitam de readaptações nos diversos aspectos que reverberam sua existência. Por conseguinte, a vivência da maternidade vai além dos aspectos pessoais da mulher-mãe, mas também do seu recorte sociohistórico, econômico e cultural.

É válido ressaltar que a maternidade não se configura apenas ao acontecimento biológico, pois existe a maternidade sócio afetiva que é quando não há correspondência de sangue entre mãe e filho, mas que perpassam e implicam em mudanças e afetos. Portanto, seja

biológico ou não, a maternidade envolve o doar de si em prol do outro, envolve investimentos pessoais e externos, envolve cuidado, envolve afeto, envolve diversos aspectos.

A espera por um bebê põe em questão muitas mudanças que precisarão ser feitas em um espaço relativamente curto de tempo. Para além das mudanças corporais e hormonais da mulher, as alterações estruturais na dinâmica familiar, o que inclui também questões financeiras, e mudanças interpessoais e emocionais são fatores que costumam gerar muito estresse na mulher durante esse período. Assim, durante a gestação de um bebê, a mulher é convocada a gerir também esse lugar de mãe [...]. (FONSECA *et al.* 2018, p.144)

Ainda para os autores, essas mudanças e a necessidade de readaptações podem trazer grande impacto, gerando ambivalência que decorre da “simultaneidade de pensamentos, sentimentos e atitudes que são contraditórias e conflitantes, evidenciando coexistir prazer e desprazer frente à experiência vivenciada” (FONSECA *et al.* 2018, p. 144).

Destacado como um elemento natural, instintivo e divino da mulher, a maternidade é idealizada a partir da romantização do vínculo materno. O fenômeno da gestação e o parto garantiriam um vínculo entre aquela que “dar à luz” e o bebê, desconsiderando a importância que as dimensões psicológicas e sociais têm nesse processo. Badinter (1985) foi uma das principais autoras que tece críticas sobre essa questão, afirmando que confluem em ideologias que estão submersas em um mito, título que deu nome à sua principal obra- Um amor conquistado: o mito do amor materno (1985).

Para ela, essa ideia instintiva da mulher foi construída no último terço do século XVIII, não que isso não existisse antes, mas que aparece como um novo conceito com valor familiar e social. Segundo a análise da autora, o fator que explica a mudança da mentalidade da época foi o interesse do Estado em salvar crianças pelas altas taxas de mortalidade infantil, pois elas representavam as futuras mãos de obra.

Assim, para a que as mulheres aderissem à internalização do amor materno incondicional, foram necessários três tipos de discursos, Badinter (1985) ressalta em sua obra. O primeiro deles seria um discurso econômico, voltado apenas para homens esclarecidos; o segundo discurso seria filosófico, para ambos os sexos e, por fim, o terceiro discurso seria dirigido exclusivamente para as mulheres.

O discurso econômico, dirigido aos homens esclarecidos, aponta para a conscientização da importância da população para um país. Badinter (1985) ressalta que, neste discurso, a criança adquiriu um valor mercantil e, devido ao seu potencial produtivo, foi considerada uma riqueza econômica. O discurso filosófico, comum aos dois sexos, advém da filosofia rousseauiana e da ideologia natalista, e trazem a criança como um bem precioso e insubstituível para a sociedade e para os pais. O terceiro discurso foi dirigido pelo Estado exclusivamente às mulheres. Neste discurso, as mulheres foram elevadas ao nível de responsáveis pela nação, porque, por um lado, a sociedade precisava delas e lhes dizia isso e, por outro, queria conduzi-las às suas responsabilidades maternas. (RESENDE, 2017. p. 54)

A forte presença desses discursos condicionaram mulheres a se sentirem responsáveis, não somente pelos cuidados dos filhos e da casa, mas também como contribuintes do Estado. Badinter (1985) continua sua análise que, devido ao fator biológico da mulher conseguir gerar filhos, a gestação e o nascimento de uma criança mobilizaria, naturalmente, o aparecimento do instinto materno. Todavia, a autora vai na contramão e defende o amor materno, enquanto qualquer outro sentimento humano, que poderá existir ou não.

Logo, não surge instintivamente, mas sim pela convivência, é uma construção de vínculo a ser estabelecido.

Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres, é “adicional”. (BADINTER, 1985, p. 367)

Desde a infância, a menina é ensinada a se diferenciar do menino pelos “bons modos”, brincadeiras (geralmente brincadeiras que retratam a mulher nos cuidados domésticos e maternos, com brinquedos direcionados à isso, como bonecas e painéis), vestimentas, entre outros modos de ser e existir. De alguma forma, esse tipo de educação visa estabelecer modelos de meninas que, ao se tornarem mulheres, passam a associar os símbolos e elementos da maternidade enquanto possuidores de significados que as possam fazer “verdadeiramente uma mulher”. Fato que não é de igual modo aos homens. Portanto, essa “vocação” da maternidade foi por muito tempo reforçada pelos meios de comunicação, como a própria literatura.

Conforme César *et al.* (2019), o discurso literário trazia a ideia de uma mulher feliz e realizada pelo desempenho do papel de ser mãe. De forma semelhante, essa idealização continua sendo propagada em outras formas dos meios de comunicação, como as clichês propagandas de margarina, onde as mães são apresentadas com semblante de satisfação e alegria ao organizar o café da manhã para os filhos e cônjuge, simbolizando o papel a que deve ser destinada.

E, ainda, papel que não pode ser visto e sentido como fardo, mas apenas fonte de prazer.

Apesar de novas facetas da maternidade terem sido mais abordadas nos últimos anos, a cultura midiática ocidental ainda revela uma supervalorização do papel de mãe, em que discursos que associam a maternidade à dedicação e à plenitude são priorizados em detrimento de discussões mais profundas sobre a maternagem (SOUZA, 2020, p. 53).

Contudo, é inegável que a maternidade também proporciona enriquecimento, gratificação, prazer e outros afetos que são experienciados por meio dessa função. Por isso, um adendo a essa crítica, é que não se busca condenar, neste trabalho, mulheres que se identificam

com tal papel ou que tem finalidade de as desestimularem a não usufruírem de seus modos e organizações familiares por meio de seus valores pessoais. O principal propósito, como tem sido feito até o momento, é discutir como esses papéis são naturalizados e impostos, sem considerar aspectos subjetivos de cada mulher-mãe, acarretando sobrecarga e inexistência de espaços para falar sobre as implicações advindas dessas vivências, permeadas de prazer e sofrimento.

Diante do descompasso entre o que a sociedade contemporânea espera da maternidade e a forma como é efetivamente vivida – permeada de ambivalências, conflitos e antagonismos –, pode-se pensar em modos multifacetados de subjetivação materna. (LEMOS; KIND, 2017, p. 842)

Contribuindo para essa legitimação, as redes sociais também têm sido instrumentos de reforçar as idealizações acerca do ser mãe. Muitas vezes os *feeds* recheados de momentos de cuidados e afetos, quase que com fórmulas mágicas da maternidade, são atrativos para os olhos dos espectadores. Porém, a realidade concreta dos aspectos psicossociais que envolvem tal fenômeno é ocultada pelos filtros do *Instagram*. E aquelas que se veem em lugares diferentes daquilo que é postado nas redes sociais, podem acabar experimentando sentimento de culpa e sofrimentos por estarem fora do ideal materno.

Para Souza (2020), as influências que os discursos midiáticos engendram nas subjetividades é potencialmente modeladora para os ideais historicamente construídos de feminilidade (incluindo-se os de zelo e afeição maternos) quanto às demandas produtivistas do capitalismo neoliberal. Não há como sair ileso da presença das mídias sociais no cotidiano.

Embora, atualmente, a maternidade tenha sido compreendida em suas múltiplas dimensões, muitas mulheres-mães passaram a usar seus perfis para publicar a realidade da maternidade atravessada por diversos sentimentos, emoções e dificuldades. Muitas dessas publicações são marcadas pela *hashtag* “maternidade real”, como uma forma de desconstruir esses tipos de idealizações.

Além de publicarem a respeito dos impactos que essas dificuldades, dilemas e inquietações produzem, em alguns casos, revelam nas redes sociais algum tipo de transtorno mental provocado pelas variáveis que vivenciam a partir da maternidade, sendo a ansiedade e depressão¹⁰ as mais comumente divulgadas.

Sobre o aspecto da Saúde Mental, a pesquisa publicada por Jesus *et al.* (2014) mostra que mulheres-mães diagnosticadas com algum transtorno, relatam suas experiências de

¹⁰ Esses transtornos têm sido amplamente divulgados nas redes sociais, embora muitas vezes o diagnóstico não seja realizado por um profissional.

sofrimento psíquico e desamparo na maternidade, relacionado também às condições psicossociais de suas vidas. Condições psicológicas que afetam a relação mãe-filho, âmbito familiar, pessoal e social.

Conforme o estudo realizado por Irurita-Ballesteros *et al.* (2019), existem fatores de risco à saúde mental materna, como por exemplo, para o desencadeamento da depressão e ansiedade perinatal são: histórico de saúde mental; fatores socioeconômicos; ausência ou frágil rede de apoio social; uso de substâncias psicoativas e complicações obstétricas.

Dessa forma, é importante compreender como os impactos biopsicossociais reverberam na saúde emocional de mulheres-mães e que podem acarretar graves consequências, visto que muitos desses impactos decorrem de situações concretas, como a pobreza, problemas com saneamento, lazer, transporte, educação, saúde, etc. Além das situações referentes às violentas exigências da idealização do feminino, sob o materno.

Para tanto, é importante que sejam promovidas políticas públicas que considerem e atendam integralmente a mulher-mãe e o bebê, o que inclui serviços psicológicos.

As políticas públicas de cuidado à saúde das mães na gestação e no pós parto favorecem não apenas a criança, mas também a mãe, pois as mulheres comumente experimentam sentimentos ambivalentes diante da experiência da maternidade, uma vez que, se por um lado, se sentem muito felizes e extasiadas com a chegada de seus bebês, por outro, apresentam sentimentos de ansiedade (RAPOPORT; PICCININI, 2011 *apud* IRURITA-BALLESTEROS *et al.*, 2019, p. 453).

As concepções ideológicas e práticas vistas cotidianamente ratificam uma espécie de renovação dos velhos discursos, porém com uma nova roupagem. O que vai ao encontro do dito por César *et al.* (2019), ao apontarem que as mulheres sofrem algum tipo de cobrança em relação à maternidade, por diversos motivos, sejam eles culturais, sociais, históricos. O “ser mãe” tornou-se algo compulsório, mesmo para aquelas que não desejam a maternidade, mas que em algum momento, podem sentir culpa pela ausência desse desejo.

Logo, passar a gerir esse lugar de mãe não se trata apenas de dedicar afeto e cuidados à vida que foi gerada, mas abrange a percepção que a mulher-mãe tem de si, dos outros e do mundo, ou seja, ela deixa de ser mulher para ocupar o lugar da maternidade e as implicações inerentes que carregam nos fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, morais, etc.

Segundo Salazar e Wiggers (2018), com o passar do tempo muito mais mulheres passaram a decidir não vivenciar a maternidade, considerando que teriam perdas da liberdade individual, assim como a dominação de seus corpos. Essas decisões demonstram que a mulher tem alcançado empoderamento para tomada de decisões. Como sinalizam as autoras, a partir

das tomadas de decisões sobre a maternidade, seria preciso analisar o que essas mulheres compreendem sobre o fenômeno de maternar.

Inevitavelmente, estamos nos referindo às influências do meio à subjetividade/identidade feminina.

A construção da subjetivação materna é acompanhada do imperativo da locução verbal “ter que”, com diferentes complementos: ter que engravidar, ter que amamentar, ter que brincar com os filhos, ter que ser ao mesmo tempo mulher, mãe, profissional e dona de casa. É preciso ainda corresponder ao ideal de mãe perfeita, dedicada, heroína, santa, que a cultura ajudou a construir [...]. (LEMOS; KIND, 2017, p. 842)

Não basta ser uma “boa mãe”, precisa ser uma “boa mulher”, “boa profissional”, dar conta de todos os papéis, em sua excelência. A exaltação da mulher-mãe pelo seu desempenho nas diversas tarefas que realiza, parece ser uma reprodução da romantização da maternidade, só que agora, trata-se da romantização da mulher-mãe na contemporaneidade.

Essa pressão e expectativas do social pode levar à uma sobrecarga e esgotamento emocional dessa mulher em seus muitos papéis. Nunca se sentir boa o suficiente, sentimento de culpa por não estar dando conta de tudo, ou até mesmo se sentir irresponsável por dedicar parte do seu tempo para investir na sua profissionalização, afinal, socialmente espera-se que uma mãe seja mãe em tempo integral.

[...] há um contradiscurso, segundo o qual a mulher deve ser boa em tudo, sem abrir mão de nada, o que faz com que a mulher desenvolva sentimentos ambíguos com relação à maternidade e sinta-se duplamente culpada: quando não deixa o emprego e os afazeres para dedicar-se exclusivamente ao filho, ou quando abandona sua carreira e seus projetos profissionais. (CÉSAR *et al.*, 2019, p. 70)

Resultado de diversas transformações sociais ocorridas ao longo do tempo, a liberdade e autonomia de escolha para ter filhos ou não, se tornou melhor aceito socioculturalmente.

O surgimento da pílula anticoncepcional e outros métodos contraceptivos, assim como a inserção da mulher no mercado de trabalho “[...] permitiram o aparecimento de diversas formas de ser família na atualidade. Dentre as novas configurações familiares que se apresentam, observamos um índice elevado de casais que optam por não ter filhos” (BERNARDI; FERES-CARNEIRO; MAGALHAES, 2018, p. 162).

Ainda para esses autores, o adiamento para ter filhos, ou até mesmo a própria decisão de não tê-los, tem diversas possibilidades, como atender demandas pessoais, sociais e profissionais. A contemporaneidade tem influenciado comportamentos e modos de viver, circunscritos na sociedade do desempenho, que tornam as pessoas exaustas-e-correndo-e-

dopadas¹¹, numa tentativa incessante de alcançar maior produtividade, adquirir status social e até mesmo, diante do nosso atual contexto socioeconômico e político, garantir apenas meios de sobrevivência, não havendo espaço, assim, para a parentalidade.

Ou seja, os planos e projetos parentais estão ficando para trás e sendo reconfigurados, como substituição simbólica de filhos por animais de estimação¹². Dessa forma, o desejo pela maternidade tem sido cada vez mais postergado ou não existe para algumas mulheres.

Para Halasi (2018 *apud* César; Loures; Andrade, 2019, p. 70), “[...] a maternidade inclui um luto de si; uma constante demanda por abrir mão de sua subjetividade para cuidar de outra pessoa”.

De um modo geral podemos considerar que esta mudança de mentalidade teve repercussões em duas grandes linhas: por um lado, permitiu a muitas mulheres viver a maternidade alegre e orgulhosamente, realizando-se numa actividade sentida como útil e gratificante. No entanto, por outro lado, desencadeou noutras mulheres um certo mal estar pois, por uma espécie de pressão ideológica sentiram-se obrigadas ser mães sem que esse fosse um real desejo. Consequentemente, a sua vivência da maternidade caracteriza-se por uma certa culpabilidade e frustração não encontrando neste papel satisfação pessoal. (CORREIA, 1998, p. 369)

Dados que ratificam essa afirmação são em relação à taxa de fecundidade no País. Segundo o censo demográfico do IBGE (2010), o número médio de filhos nascidos vivos por mulher foi de 1,86 filho em 2010, bem inferior ao do Censo 2000 que era de 2,38 filhos. Outro aspecto é que, a partir da comparação dos dados do censo do ano 2000 para 2010, observa-se que as mulheres passam a ter filhos mais tarde, com o grupo a partir de 30 anos aumentando sua participação de 27,6% para 31,3%. Esses dados revelam a luta pela inserção social e a participação no mercado de trabalho formal, mesmo que historicamente as mulheres sempre trabalharam, seja no âmbito doméstico ou fora dele, apenas não eram reconhecidas em seus direitos legais.

Logo, as muitas reivindicações têm permitido que o público feminino ganhe espaços para a profissionalização, marcando seu lugar na sociedade pela independência financeira e ascensão social. E mesmo àquelas que ainda desejam se tornarem mães, buscam conciliar esses papéis.

¹¹ BRUM, E. **Exaustos-e-correndo-e-dopados**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html

¹² AGUIAR, Melanie de Souza de; ALVES, Cássia Ferrazza. A família multiespécie: um estudo sobre casais sem filhos e tutores de pets. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 19-30, dez. 2021.

2.3 Ser Mulher-Mãe-Universitária

Mulheres-mães não querem ser vistas apenas como mulheres ou mães. Querem ser vistas como sujeitas produtoras de suas histórias, autoras de seus projetos de vida. Querem ser vistas como aquilo que são, pelo todo que as compõem, seja pela mulher, seja pela mãe, pela universitária, pela amante, pela expert, pela mestre, pela artista. Simplesmente como aquela que vive consigo, com os outros e com o mundo. (Karlesandra Batista)¹³

A graduação é um dos importantes passos no processo de profissionalização e as mulheres têm tido gradualmente maiores porcentagens de ingresso no Ensino Superior. O que sugere uma importante mudança social, visto que trabalhadores do sexo masculino são tradicionalmente maioria em função de mais prestígios e são os melhores remunerados do mercado de trabalho (MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015).

Outro ponto a ser ressaltado que contribuiu para a ampliação da entrada no Ensino Superior foi a criação de políticas de ação afirmativas, como a Lei 12.711/2012 que torna obrigatória a reserva de vagas para uma parcela da população historicamente excluídos, pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda nas instituições federais de ensino superior e técnico (FERES JR. *et al.*, 2013 *apud* RICOLDI; ARTES, 2016).

Segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010), na proporção de pessoas de 18 a 25 anos de idade, 12,5% das mulheres frequentam o Ensino Superior e os homens possuem a taxa de 9,9%. O censo mostra ainda que, no nível do Superior Completo, se concentra a maior diferença percentual, em que a proporção de mulheres que completaram a graduação é 25% superior à dos homens.

Entretanto, Ricoldi e Artes (2016) alertam que, embora seja a maior proporção de mulheres no Ensino Superior, assim como nos demais níveis educacionais, podendo ser visto como uma vantagem, é necessário analisar essa questão de forma mais aprofundada, pois isso não se traduz em equidade no mercado de trabalho e em relação à remuneração, ratificando a forte presença da desigualdade de gênero.

Para essa problematização, os autores utilizaram como orientação o conceito de divisão sexual do trabalho. Montalli (2006) afirma que se trata de um conceito ampliado, tendo em vista

¹³ Nota pessoal da pesquisadora.

que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), essa concepção se trata da forma como ocorre a divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos e, ainda mais do que isso, é um fator primordial para a sobrevivência da relação social entre os sexos.

Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

Embora seja significativo o número de mulheres nas IES, não podemos deixar de considerar como tem sido o percurso delas nesse contexto, as possibilidades e condições de permanência e, conseqüentemente, sobre a entrada no mercado de trabalho após a conclusão do curso de graduação, levando em conta as áreas de trabalhos, cargos hierárquicos, remuneração, etc. Assim, com o aumento do número de mulheres na graduação, é possível identificar mulheres-mães que desenvolvem as atividades e responsabilidades da maternidade juntamente com seu percurso de profissionalização. Essa conciliação, ou pelo menos tentativa, reverberam em implicações psicossociais para aquelas que vivenciam.

Diante das discussões apresentadas anteriormente acerca do ser mulher e ser mulher-mãe, as transformações socioculturais contemporâneas mostram que o público feminino tem buscado mais profissionalização e lugares de destaque nos diversos setores sociais, como na política e ciência, derrubando as barreiras do preconceito. Porém, continua sendo inegável que muitas exigências, principalmente as familiares e sociais, se tornam empecilhos nessas trajetórias, principalmente quando essas são mulheres-mães.

Segundo a pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior- ANDIFES (2019), o percentual de estudantes das Instituições Federais que têm filhos é de 11,4%, de tal modo que cerca de 1 a cada 10 discentes têm filhos. Desse percentual, quase 60% são do sexo feminino.

Ainda segundo esse levantamento, à medida que cresce o número de filhos, diminui também o percentual de estudantes do sexo feminino, sinalizando, portanto, que a maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar quando essas estudantes têm mais de 1 filho.

O cenário acadêmico é composto por inúmeras demandas, horários a serem cumpridos, trabalhos regulares, estágios, atividades complementares, Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, além de outras atividades não-obrigatórias, como pesquisa, ensino e extensão. Isso

configura um universo de possibilidades e exigências que tornam a graduação como potente e desafiadora.

Portanto, esses dados nos levam a pensar nas dificuldades que mulheres-mães enfrentam para conseguir atender às muitas demandas, tanto da maternidade quanto da graduação, uma vez que ambas requerem investimentos físico, econômico e emocional.

Ao mesmo tempo em que as mulheres são cobradas para terem uma carreira profissional, são pleiteadas também à responsabilidade da criação dos seus filhos. Desta forma, o fato da mulher moderna com o estereótipo de mulher bem-sucedida poder ser mãe e profissional, não cabem na mesma equação, gerando assim conflitos de conciliação de funções. Essa conciliação é muitas vezes penosa para as mulheres e acabam forçando-as a seguir o que é prioridade em suas vidas. (SILVA *et al.*, 2019, p. 196)

As mulheres que estão atravessando essas duas experiências, concomitantemente, têm sido vistas como símbolos de força e superação (retomamos a ideia de Mulher-Maravilha), pois é sabido as dificuldades inerentes a cada um desses lugares. Todavia, ainda que haja essa apreciação, não se observa efetivamente medidas que garantam direitos relativos ao percurso de mulheres-mães nas IES. Condições que facilitam a continuidade na graduação ocorre por meio de Políticas Públicas de Ensino, nas bases legais que amparam mulheres-mães no percurso da graduação. Porém, as que existem são falhas e insuficientes.

Um dos principais direitos previstos em Lei, quando falamos em maternidade, é a licença-maternidade que são 120 dias, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT (1943), previsto no artigo 392. Já a Lei 11.770/08 instituiu o programa Empresa Cidadã, que prorroga para 180 dias a licença, com incentivo fiscal a quem aderir. Todavia, essa Lei se aplica somente às mulheres-mães universitárias.

Assim, a Lei Federal de nº. 6. 202, de 17 de abril de 1975 regulamenta o regime de que possuem vínculo trabalhista, não necessariamente à realidade de exercícios domiciliares para estudantes a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o parto, no qual é instituído pelo Decreto nº. 1.044, de 21 de Outubro de 1969 que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções. Ainda segundo a referida Lei, a estudante poderá estender o prazo, em casos excepcionais, com apresentação de atestado médico para continuar sendo assistida pelo regime de atividades domiciliares (BRASIL, 1975).

Embora essa Lei tenha mais de 40 anos promulgada, ainda algumas instituições educacionais continuam negligenciando os cuidados que as mulheres-mães necessitam nesse contexto, negando seus direitos. Existem Projetos de Lei, como o de nº 2350/15 de iniciativa do ex-deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) e atualmente em tramitação no Senado sob o nº 12/2018,

que visa ampliar esse período de três meses para seis meses após o nascimento do filho, abrangendo também fases do puerpério e de amamentação.

No entanto, o conteúdo previsto na lei não reflete a realidade, uma vez que não há reconhecimento da situação psicológica da mulher que, em pelo menos três meses, estudou fora da sala de aula, com um recém-nascido e uma sobrecarga emocional, bem como ainda a não observância do quadro de recuperação de seu estado pré-gravídico, denominado puerpério. (TAUIL, 2019, p. 10)

É possível que parte das mulheres-mães não tenham conhecimento sobre esse amparo legal e com a omissão das instituições de ensino, levam ao trancamento de matrícula e até mesmo na evasão de sua formação, refletindo ausência de políticas de permanência para essas alunas. Especificamente no contexto do Ensino Superior, em 2010 foi regulamentado o Decreto nº 7.234 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Dentre as ações previstas pelo PNAES, no art. 3º está o auxílio creche, porém essa não é a realidade de muitas Universidades, como por exemplo a UFMA que existe há mais de 50 anos e nunca efetivou a construção de creches nos campus para auxiliarem mulheres-mães nesse processo de formação.

Todavia, embora não possua creche em seus campus, a UFMA pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil - PROAES, dispõe política de incentivo à permanência de discentes mães com o Programa de Auxílio Creche que “consiste no pagamento de 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para subsidiar despesas de discente no acompanhamento de dependente com idade inferior a seis anos. É obrigatório que o bolsista coabite com a criança sob mesmo teto”.¹⁴

Antagonicamente com a realidade concreta, no parágrafo único do Decreto da PNAES, aponta que essas ações de assistência estudantil visam “[...] considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010). Nessa corrida por uma profissionalização há visível discrepância quando envolvem mulheres-mães.

Atualmente, com o contexto pandêmico causado pelo novo *coronavírus*, ações governamentais têm buscado efetivar planos urgentes e emergentes de medidas sanitárias em

¹⁴ Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalUnidade/codo/paginas/pagina_estatica.jsf?id=1217

combate à COVID-19, assim como ações preventivas para conter o avanço do vírus, tais como o distanciamento social e *lockdown*.

Essas medidas provocaram abruptamente mudanças na dinâmica e nas configurações da economia, saúde, educação, nos modos de vida em geral, afetando a todos, embora algumas parcelas da população tenham sido mais afetadas. Conseqüentemente, trouxeram a necessidade de uma readaptação desse “novo normal”, com todos atravessamentos físicos e emocionais, direto ou indireto, na vida social, familiar, laboral.

Com a medida de distanciamento social, escolas, creches e universidades foram fechadas, passando a utilizar o formato de ensino remoto e, em alguns casos, ensino híbrido, alternando dias presenciais e dias com atividades *on-line*. Assim também, muitos trabalhos passaram a ser remotos, devido ao fechamento de indústrias e comércios.

Segundo Aiello-Vaisberg *et al.* (2020, *no prelo*), nesse cenário de pandemia uma questão importante em relação às mulheres-mães é a repercussão psicológica do confinamento, pois em virtude do fechamento das instituições educacionais, os filhos passam a ficar em casa 24 horas e, como elas continuam sendo imaginadas como as melhores cuidadoras de seus filhos, independentemente das condições concretas de sua existência, precisam, então, conciliar trabalho, formação profissional com as atividades domésticas.

Quando apreciamos esse quadro à luz da medida, atualmente vigente, de isolamento social no contexto da pandemia por COVID-19, que implica realização de trabalho profissional dos adultos em ambiente doméstico e permanência contínua de crianças no lar, em virtude do fechamento das escolas, pode-se ampliar a compreensão sobre as repercussões subjetivas da dupla jornada, também conhecida como segundo turno (AIELLO-VAISBERG *et al.* p. 5-6, 2020, *no prelo*).

Portanto, o fenômeno da maternidade evidencia associação com sofrimento social, havendo forte relação da sobrecarga de tarefas (múltiplas funções), assim como o peso da imagem de ser mãe e precisar dar conta de tudo, afinal, é vista socialmente romantizada como uma heroína, a Mulher-Maravilha.

As mulheres-mães que estão vivenciando a pandemia da COVID-19, poderiam estar amparadas pela Lei de nº. 6. 202/75 que regulamenta o regime de atividades domiciliares, porém já estão obrigatoriamente em casa e essa Lei, no momento atual, não garante nenhum auxílio para sua profissionalização. Portanto, ainda não há políticas públicas que deem suporte nesse contexto pandêmico a esse público, ficando a mercê da “boa vontade” de docentes e coordenadores dos cursos e Instituições.

Então, uma questão posta é como as Instituições de Ensino Superior têm se apresentado frente às demandas de mulheres-mães em processo de formação profissional. Têm essas

Instituições dado voz a esses sujeitos, acolhendo-as nesse momento intenso e desafiador? Assim como buscando alternativas e possibilidades para que seja possível dar continuidade à profissionalização? Ou, têm elas permanecido omissas, como acontece em “tempos normais”? São muitas as inquietações.

A maternidade e formação profissional constituem momentos desafiadores, por isso é necessário a garantia de direitos que possibilitem às mulheres-mães usufruírem desses dois momentos, concomitantemente, acolhendo-as em suas barreiras, mas ao tempo promovendo uma formação de qualidade que irá garantir, conseqüentemente, profissionais capacitadas e éticas para atuarem na sociedade.

Dessa forma, neste projeto considera-se importante compreender essas vivências da maternidade no curso, buscando, assim, compreender essas implicações psicossociais na formação profissional de mulheres-mães.

2.4 Psicologia historicamente como profissão feminina

A superioridade quantitativa de mulheres no Ensino Superior, de acordo com os dados apresentados pelo último censo demográfico do IBGE (2010), poderia sugerir que esse público tem alcançado cada vez mais diferentes espaços na profissão, considerando que de apenas 13% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos estavam matriculados em uma Instituição de Ensino Superior, sendo que 52% destes eram mulheres.

Entretanto, Ricoldi e Artes (2016) chamam a atenção para a relação do percentual de mulheres na graduação com a noção da divisão sexual do trabalho, pois existem áreas em que há maiores concentrações e outras com menos, provocando uma discrepância nas áreas de atuação profissão feminina em contraponto às áreas de maior atuação masculina.

Hirata e Kergoat (2007) apresentam a noção da divisão sexual do trabalho em que há diferenciação do trabalho de homens e mulheres. Segundo os autores, essa questão apresenta dois princípios: “[...] o da separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquização (os trabalhos dos homens valem mais que os trabalhos das mulheres)” (HIRATA; KERGOAT, 2007 *apud* RICOLDI; ARTES, 2016, p. 153).

Disso resulta que há profissões predominantemente femininas e outras predominantemente masculinas, sendo as primeiras invariavelmente menos valorizadas (socialmente, monetariamente) que as segundas. A noção de Divisão Sexual do Trabalho orienta a compreensão sobre a concentração de mulheres em profissões ligadas ao cuidado, relações humanas e, de alguma forma, com o universo das emoções (reprodução) e de homens em áreas das exatas, ligadas ao raciocínio

lógico, à produção econômica, extremamente competitivas (produção). (RICOLDI; ARTES, 2016, p. 153).

Segundo a análise das Estatísticas de Gênero do IBGE (2014), ratificando o que os autores citaram anteriormente, apontam para a problemática da divisão sexual do trabalho, tendo em vista que as áreas gerais de formação, as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção, sendo na Educação com 83,0% e Humanidades e Artes 74,2%, seguido de Saúde e bem-estar social com 68,1%. As áreas de Engenharia, produção e construção é a menor, ainda segundo esse levantamento, considerando a proporção feminina de 21,9%.

É perceptível o movimento da entrada feminina em áreas majoritariamente masculinas, porém é ainda um processo que tem se dado discretamente, isso porque está para além de questões puramente profissionais, mas reside nas questões socioculturais. “[...] Porém, o movimento inverso, de ingresso masculino em carreiras predominantemente femininas é discreto, resultado do pouco prestígio dessas carreiras” (RICOLDI; ARTES, 2016, p. 159).

Aparentemente essa questão poderia ser facilmente resolvida, uma vez que a entrada nos cursos de graduação não possuem critérios de sexo, em que mulheres e homens possuem liberdade para escolher em qual área desejam atuar. Por que, então, continuam existindo profissões femininas e masculinas? Por que, para determinadas profissões, as mulheres continuam consideradas sem competências e, em outras, possuem aptidões “naturais” que tendem para melhor atuarem?

São muitos os questionamentos, mas que confluem com a concepção elaborada socialmente acerca do “ser mulher” e seus papéis, afinal, o processo de profissionalização é uma etapa da continuidade da construção da identidade feminina que pode sofrer as influências e consequências das demarcações socioculturais.

Desse modo, a divisão sexual do trabalho tem forte influência no processo de escolha vocacional, processo em que a condição de feminilidade ou de masculinidade assume papel de destaque e, especialmente para as mulheres, a discriminação resultante da participação em mundo do trabalho visto como não sendo seu obedece à concepção conservadora dos papéis de gênero. (CARDOSO, 1980 *apud* BELO; CAMINO, 2012, p. 272).

Entre as profissões em que há maior predominância feminina está a Psicologia que, historicamente, desde sua consolidação e regulamentação tem sido caracterizada como uma ciência e profissão de cuidado, logo muito associada à figura feminina. Tal condição pode ser constatada em outras profissões que também são associadas ao cuidado, como a Pedagogia, Licenciaturas e Enfermagem.

No entanto, na Psicologia podemos constatar um fenômeno paradoxo que é a construção de uma ciência psicológica masculina e uma profissão feminina. Historicamente, os grandes

nomes da Psicologia foram de homens que construíram legados através de estudos científicos que trouxeram grandes contribuições para a consolidação da ciência psicológica. Até hoje, essas contribuições são estudadas e aplicadas em diversos contextos, como Wundt, Skinner, Rogers, Vygotsky, Freud¹⁵, etc.

Assim como toda ciência, a Psicologia continua em processo de crescimento e desenvolvimento, sendo assim, muitas mulheres têm ganhado espaço nos meios científicos e acadêmicos, graças às mudanças que vêm acontecendo nas estruturas sociais, tornando-as reconhecidas pelos seus importantes conhecimentos para essa ciência e profissão. Nise da Silveira, Melanie Klein, Natalie Rogers e outras são exemplos de mulheres que obtiveram destaque por suas produções e competências na Psicologia, enquanto facilitadoras de transformação social com comprometimento ético-político. Dessa forma, percebe-se que essas evoluções têm produzido cenários diferentes com maior diversidade crescente de gênero na Psicologia, porém, ainda, há grandes discrepâncias.

O Conselho Federal de Psicologia (2012), após 50 anos da profissão de Psicologia regulamentada no país, com o intuito de investigar o perfil dos profissionais, realizou uma pesquisa intitulada “Profissão e Gênero no exercício da Psicologia no Brasil” com base nos dados de cadastro do CFP, constatando que 89% da categoria é feminina. Com esse resultado, o CFP realizou uma nova pesquisa para avaliar aspectos quantitativos e qualitativos das dimensões que poderiam estar envolvidos para a compreensão da influência feminina sobre o exercício profissional na Psicologia. A fim de investigar mais sobre essa questão, as concepções sobre profissão, gênero, trabalho, além de sua condição como mulheres trabalhadoras. (CFP, 2013, p. 4)

Em comparação com a pesquisa de 2012 com a anterior realizada pelo CFP em 1988¹⁶, os dados não trazem muitas novidades, no que diz respeito à proporção de mulheres na categoria, visto que eram 87% e, nessa última, 89%. Um dado interessante dessa pesquisa, baseada nos dados da primeira fase que foi quantitativa, o CFP (2013) constatou que as psicólogas brasileiras tendem a ter filhos após os 30 anos, sendo apenas 16% são mães antes dessa idade.

Tal fato vai ao encontro de um fenômeno nacional que a taxa de fecundidade tem sofrido alterações, conforme os levantamentos do IBGE e discutido até aqui. Ainda sobre a

¹⁵ Apesar de ser o Pai da Psicanálise, Freud tem grande reconhecimento na Psicologia pelas contribuições à ciência psicológica.

¹⁶ Conselho Federal de Psicologia. (1988). Quem é o psicólogo brasileiro? São Paulo: Edicon.

maternidade, a pesquisa apontou que grande parte do tempo ou uma parcela considerável é dedicado ao cuidado direto com filhos e/ou enteados dessas psicólogas que exercem a função materna.

Sobre esse aspecto de cuidado direto com os filhos, Hirata e Kergoat (2007) falam sobre a abordagem da complementaridade que seria a divisão de trabalho entre homens e mulheres do trabalho profissional e doméstico, porém isso se apresenta em diferentes abordagens, sendo no “modelo tradicional” o papel na família e papel doméstico é de responsabilidade feminina, enquanto que o papel de “provedor” sendo atribuído aos homens.

Já no “modelo de conciliação”, cabe quase exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional. O que vai ao encontro dos dados obtidos pela pesquisa, pois cerca de 46% das profissionais entrevistadas, sem levar em consideração a idade de seus filhos, dedicam quatro ou mais horas diárias a esses cuidados e, ainda, 38% das psicólogas que têm filhos declararam já ter perdido alguma oportunidade profissional como consequência direta de precisar cuidar deles. (CFP, 2013, p. 21). Ou seja, essas mulheres-mães-profissionais precisam buscar meios de conciliar todas as demandas a que estão submetidas.

A pesquisa retrata, portanto, a princípio, que as psicólogas brasileiras formam uma população que enfrenta problemas muito semelhantes aos relatados na literatura que trata da desigualdade entre os sexos quanto às questões relacionadas ao trabalho e à sua remuneração, à distribuição do cuidado com os filhos e do trabalho doméstico, ao suporte de outras mulheres para fazer frente a esse tipo de demanda e à violência. (CFP, 2013, p. 27)

O Curso de Graduação em Psicologia da UFMA foi criado em 05 de novembro de 1990, recentemente completou o percurso de 30 anos, sendo um marco e grande conquista para profissionais e estudantes, assim como toda a sociedade que é beneficiada com uma formação profissional pública e de qualidade. Considerando esses 30 anos de formação e um quantitativo maior da presença de mulheres no curso, é possível supor que muitas dessas mulheres vivenciaram a maternidade em algum momento, no início, durante ou no fim da graduação.

Atualmente o curso possui 394 alunos com matrícula ativas, desse número 296 são mulheres, o que corresponde a um pouco mais de 75% dos alunos, o que caracteriza um curso marcado pela presença feminina na profissionalização em Psicologia.

Dessa forma, a realidade da Psicologia no Maranhão não é diferente do que a pesquisa do CPF elucidou, embora fosse necessário uma pesquisa mais ampla em outras Universidades e dos profissionais que atuam no Estado, tendo em vista que esse levantamento foi feito somente na referida Instituição, assim como existe uma necessidade de um levantamento mais atual pelo CFP.

Os dados não são apenas números, revelam aspectos que podem estar implícitos na construção sociocultural, ideologias dos aspectos teórico-metodológicos de uma profissão, assim como a questão da divisão sexual do trabalho que foi discutida.

Pensar sobre um curso composto majoritariamente por mulheres requer a compreensão de como a prática psicológica tem se estabelecido no Estado, tendo em vista o maior número de profissionalização tem se dado por mulheres, logo temos uma Psicologia caracterizada no Maranhão, especialmente em São Luís, com o impacto feminino. Para além disso, refletir sobre como esse público tem sido amparado pelas Políticas Públicas de Ensino da UFMA, como espaço democrático, devem suas vozes serem ouvidas, suas demandas e considerações legitimadas, principalmente no que diz respeito às demandas exclusivamente femininas, como a maternidade.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Método

O caminho metodológico adotado na presente pesquisa caracteriza-se como pesquisa de campo, qualitativa e participante.

A pesquisa de campo, tendo como referência a característica qualitativa, segundo Neto (2002), se apresenta como uma possibilidade de aproximação com aquilo que intencionamos conhecer e estudar, assim como criar conhecimentos, partindo daquela realidade presente no campo. O campo não se trata necessariamente de uma delimitação geográfica, mas focaliza em uma comunidade, em que esse se torna “[...] um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos” (NETO, 2002, p. 54).

Ratificando essa compreensão, para Spink (2003) o campo é, portanto, é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes. Cujas concepções traduz a intencionalidade desta pesquisa, uma vez que considera o fenômeno da maternidade em suas múltiplas determinações e sem fronteiras.

Não foi preocupação da pesquisa a representatividade numérica, aspecto característico qualitativo, não se apresentando como proposta rígida estruturada, mas na tentativa de compreender melhor o fenômeno, analisando em uma perspectiva integrada de suas composições. A pesquisa qualitativa é, deste modo, aquela que “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 14). Nesse sentido, a pesquisa participante não visa ao estabelecimento da relação sujeito-objeto tradicional do método científico, onde a população participante (objeto) é considerada passiva, uma espécie de reservatório de informações, incapazes de analisarem suas situações e atuarem sobre elas (BRANDÃO, 1999).

Antes de tudo, esta pesquisa, buscou a uma relação sujeito-sujeito, que se caracteriza por uma aproximação através do estabelecimento de vínculo, baseado no respeito pela comunidade participante, assim como de suas próprias manifestações interiores. A pesquisa facilitou com que as participantes entrassem em contato com suas condições (mulher, mãe e universitária) e, a partir desse encontro, refletirem sobre tais condições, assim como em suas

capacidades de enfrentamento e aprendizagens desses processos, numa busca de ampliar possibilidades de transformação.

Brandão (1999) fala de uma relação antecedente de alteridade enquanto a própria condição da pesquisa, não reconstruindo e explicando as manifestações do outro, mas vivenciando com o outro no seu mundo.

É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. [...] desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seu mundo, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classe que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa. Está inventada a pesquisa participante. (BRANDÃO, 1999, p. 12-13)

Cabe ressaltar que, durante todo o trabalho realizado, as participantes foram envolvidas na pesquisa para que fossem sujeitos ativos no processo de construção de conhecimento juntamente com a pesquisadora, excluindo a possibilidade de serem consideradas sujeitos passivos, como objetos de investigação científica, tendo em vista a proposta do desenvolvimento de relações horizontalizadas e com comprometimento ético-político.

De tal modo, Brandão (2006) apresenta sua compreensão sobre o que caracteriza sentido a esse tipo de pesquisa, sendo “[...] uma pesquisa é “participante” não porque atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mais porque ela se projeta, realiza desdobra através da participação ativa e crescente de tais atores” (BRANDÃO, 2006, p. 29).

3.2 Caracterizando o curso de Psicologia da UFMA

O curso de graduação em Psicologia da UFMA foi criado em 05 de novembro de 1990, por meio da Resolução Nº 13/90-CONSUN (Conselho Universitário da UFMA). Começou a funcionar no segundo semestre de 1991, após realização do Concurso Vestibular no semestre anterior do mesmo ano. Atualmente a entrada no curso ocorre através do Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM.

O curso oferece a habilitação de Bacharel com Formação em Psicologia, respeitando as Diretrizes Curriculares vigentes para os Cursos de Psicologia no Brasil. O Curso está vinculado ao Centro de Ciências Humanas (CCH), de modo que até 2019.2 funcionava em turno integral. Todavia, devido à pandemia da COVID-19, o curso está funcionando na modalidade remota desde 2020.1, com horários síncronos e assíncronos.

Em conformidade com os três pilares das universidades públicas federais brasileiras, o curso de Psicologia oferece Ensino, Pesquisa e Extensão, com intuito de possibilitar uma

formação profissional com habilidades e competências que permitam práticas para a promoção de qualidade de vida, individual e coletiva, com compromisso ético e cientificamente embasada.

O curso é composto de duas ênfases: “Processos Clínicos e Saúde” e “Processos Psicossociais”, pelos quais os discentes precisam optar por uma dessas ênfases a partir do 6º período. O curso totaliza 4.085 horas e 197 créditos, mantendo o tempo de integralização mínimo de 10 (dez) semestres letivos e o máximo de 18 (dezoito) semestres letivos (UFMA, 2014). Além disso, o curso de Psicologia possibilita a atuação em diversas áreas, como a social, hospitalar e saúde, clínica, escolar/educacional, jurídica, esporte, organizacional e trabalho, entre outras.

3.3 Participantes

Participaram da pesquisa 5 mulheres-mães estudantes do Curso de Psicologia da UFMA, embora 6 tenham preenchido o formulário de participação, com matrícula ativa do 5º ao 9º período, algumas em condição fatorial¹⁷, mas que assinalaram o período que mais se aproximava do seu percurso na graduação.

As participantes possuem faixa etária de 26 a 45 anos, sendo o número de filhos a variação de 1 a 3 com faixa etária de 0¹⁸ a 17 anos, os estados civis foram solteira, união estável e casada e, por fim, todas exercendo atividades remuneradas (apresentado detalhadamente no quadro 1).

Como critério de inclusão das participantes foi considerado estar com matrícula ativa, cursando a partir do 1º semestre, tendo em vista que precisavam vivenciar a maternidade no período dessa graduação, independentemente de ser no início, no meio ou finalizando o curso. Além disso, precisavam ser as principais responsáveis pelos cuidados do(s) filho(s), ainda que o cuidado pudesse ser dividido com outras pessoas.

Também deveriam dispor de aparelho tecnológico e internet que possibilitasse a participação de forma *on-line*, assim como um ambiente em que as mesmas considerassem adequado e seguro para essa finalidade. Não foram estabelecidos critérios de idade (considerando que geralmente estudantes de Ensino Superior são maiores de 18 anos), número de filhos, estado civil e condição socioeconômica.

¹⁷ A condição fatorial se refere àqueles estudantes que, por diversos motivos, não seguem a ordem das disciplinas, estágios e outras atividades dos períodos respectivos.

¹⁸ Uma das participantes estava gestante no momento da realização da pesquisa.

O único critério de exclusão foi que as participantes não poderiam estar com a matrícula cancelada ou trancada, uma vez que o objetivo da pesquisa era abranger as variadas experiências de mulheres-mães que estão cursando Psicologia da UFMA. Por isso, não se buscou estabelecer outros critérios de exclusão, mesmo que isso implicasse num risco de um grupo excessivamente heterogêneo para análise.

A amostra foi delimitada, no máximo 6 participantes, pela pesquisadora para que favorecesse melhor aproveitamento e aprofundamento da construção das relações e da produção de conhecimento, individualmente e coletivamente.

As participantes foram selecionadas por meio do preenchimento do formulário *on-line* de inscrição de Participação Voluntária (ver apêndice A), disponibilizado na divulgação por meio de grupos no *whatsapp*¹⁹ do curso de Psicologia da UFMA. O formulário apresentou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido- TCLE (ver apêndice C) que, assim confirmado pelas interessadas, foi dado prosseguimento com contato individual. Uma cópia do TCLE foi enviada para o *e-mail* das interessadas e outra cópia ficou resguardada com a pesquisadora.

Posteriormente, foram realizados contatos individuais, via *whatsapp*, com as interessadas que responderam o formulário, 6 mulheres-mães-universitárias, onde a pesquisadora e participantes puderam estabelecer melhor aproximação e criado espaço para dúvidas e/ou sugestões.

Como etapa seguinte, foi solicitado a cada uma delas o preenchimento do questionário sociodemográfico *on-line* (ver apêndice B), além de acordarem o dia e horário comum que fosse possível para a realização do grupo focal (proposta primeira) e, após incompatibilidade de horários para criação do grupo, marcado dia e horário apenas para entrevistas individuais.

O quadro a seguir apresenta o perfil das participantes com base nos dados coletados a partir do questionário sociodemográfico preenchido pelas mesmas. É válido ressaltar que, como forma de preservar o sigilo e privacidade dessas mulheres-mães-universitárias, os nomes utilizados foram adaptados pela pesquisadora, em razão das participantes serem sujeitas com histórias, seus modos de vida, suas peculiaridades, atribuí-las a um nome traz essa caracterização.

Quadro 1: Perfil das mulheres-mães-universitárias

¹⁹ Aplicativo de mensagens instantâneas de texto, chamadas de voz, vídeo e outras funções por meio de conexão com a internet.

Participantes	Idade	Nº de filhos(s)	Faixa etária do(s) filho(s) em anos	Estado Civil	Período no Curso	Ficou gestante no curso	Maternidad e planejada	Exerce atividade remunerada	Divide cuidado do(s) filho(s)	Recebe benefícios de Programas Sociais
1. Clarisse	35	2	6 e 12	União Estável	9º	Não	Sim	Sim	Babá	Não
2. Fernanda	36	1	0	Casada	7º	Sim	Sim	Sim	Marido e mãe	Não
3. Noemia	37	3	5, 9 e 17	Casada	5º	Sim	Sim	Sim	Marido e babá	Não
4. Gisele	45	1	11	Casada	8º	Não	Sim	Sim	Marido e avós	Não
5. Adriana	26	1	0	Solteira	8º	Sim	Não	Sim	Pai do bebê	Não

Fonte: produção da pesquisadora.

3.4 Instrumentos e Materiais

Os instrumentos utilizados na coleta foram de autoria da pesquisadora- os quais foram elaborados em conformidade com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde- CNS e os princípios regulamentadores do Código de Ética do Psicólogo, Resolução CFP Nº 010/05- foram os seguintes: 1- Formulário *On-line* de Participação Voluntária (GRUPO FOCAL MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA); 2- Questionário *On-line* Sociodemográfico; 3- Entrevista Estruturada; 4- TCLE; 5- TCLE *Whatsapp*²⁰. Os instrumentos supracitados estão disponíveis no apêndice deste trabalho.

Os materiais utilizados foram *notebook*, *webcam*, caderno e caneta.

3.5 Procedimentos

A proposta inicial deste trabalho era a realização de um grupo focal que seria chamado de "Mulher-Mãe-Universitária", porém ficaria a critério do grupo em modificar o nome. O

²⁰ Uma das participantes solicitou continuar a entrevista via *whatsapp*, pois houve interferências durante a entrevista que prejudicaram o andamento da mesma. Como procedimento ético-metodológico, a pesquisadora elaborou um TCLE específico para esta situação.

objetivo seria, por meio do processo grupal de interação entre as participantes, facilitar um espaço de escuta e compartilhamento de experiências advindas do “ser mulher-mãe-universitária”.

A princípio, o grupo focal teria 4 encontros de pelo menos 1 hora e 30 minutos cada, ao que seria combinado dia e horário comum. Todavia, devido às inúmeras atividades exercidas pelas participantes, inclusive por próprias demandas da maternidade e Universidade, não foram encontrados horários comuns para efetivação.

3.5.1 Coleta de dados

Em seguida, a coleta de dados foi dividida em três momentos, a saber: 1- Contato inicial e Questionário Sociodemográfico; 2- Entrevistas Individuais; 3- Transcrição das entrevistas e devolução às participantes.

No primeiro momento, como foi descrito anteriormente, o contato inicial com as participantes foi através de *whatsapp*, onde a pesquisadora se apresentou de forma mais pessoal, abrindo espaço para dúvidas e/ou sugestões. Ainda nesse momento, foi solicitado o preenchimento do questionário sociodemográfico (via formulário *on-line*) para dar prosseguimento à coleta de dados. O questionário possui 10 itens que visavam identificar informações gerais das participantes, como idade, estado civil, configuração familiar, em qual período do curso se encontravam no momento do preenchimento, se haviam ficado gestantes durante a graduação, número de filhos, etc.

O segundo momento foi marcado pela realização das entrevistas individuais, mantendo contato pelo *whatsapp*, pesquisadora e participante combinaram o dia e horário comum para o encontro. As entrevistas possui 9 perguntas estruturadas sobre a vivência de ser mulher, mãe e universitária. Apesar de ser estruturada, as perguntas serviam como guia no diálogo, mas não fechou a possibilidade de ampliação nas entrevistas.

As mesmas foram realizadas e gravadas *on-line* via *Google Meet*²¹, sendo que, anteriormente, as participantes aceitaram que o encontro fosse gravado pela Orientadora desta pesquisa, onde entrava na sala para acionar o recurso de gravação e se retirava, permanecendo apenas a pesquisadora e participante. Tal adaptação ocorreu porque a pesquisadora não tinha acesso à gravação no *Google Meet*. As entrevistas tiveram uma média de duração de 50 minutos.

²¹ É um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pela empresa Google.

Por fim, no terceiro momento foram realizadas as transcrições na íntegra das entrevistas. Após finalizadas, foram enviadas às participantes para que as mesmas pudessem ter acesso aos dados que seriam explorados na pesquisa. Algumas participantes fizeram devolutivas que gostariam dos arquivos serem excluídos após o término da pesquisa, assim como outra assinalou nomes pessoais que não foram substituídos na transcrição.

Considerando que é uma pesquisa participante, pode ser visto que houve flexibilidade em relação à estrutura de execução, uma vez que as participantes tiveram voz nas decisões, ocorrendo as mudanças descritas no planejamento inicial.

3.6 Considerações Éticas

Este trabalho, em seus aspectos teórico-metodológico, foi baseado nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde- CNS. A presente pesquisa preza pelo respeito à dignidade humana e proteção dos sujeitos envolvidos, considerando também os princípios regulamentadores do Código de Ética do Psicólogo, Resolução CFP N° 010/05, como instrumento norteador sobre as responsabilidades e deveres do profissional, no intuito de contribuir para o desenvolvimento e crescimento da saúde individual e coletiva.

Dessa forma, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE- que apresentou com clareza e objetividade acerca da participação voluntária e não remunerada, assim como das garantias de preservação dos dados, da confidencialidade e do anonimato que ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora. Assim como do esclarecimento que não haveria ressarcimento de qualquer gasto eventual (internet e energia elétrica, por exemplo) decorrente da participação na pesquisa. Também como não haveria indenização de qualquer eventual prejuízo decorrente da participação na pesquisa.

O armazenamento dos dados coletados na presente pesquisa, de forma que assegurou os princípios de sigilo e confidencialidade, armazenados em um dispositivo local, enquanto durar a pesquisa, e que não terão qualquer registro em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Embora os possíveis prejuízos que poderiam ser provocados durante a pesquisa fosse de ordem emocional, no qual poderiam ser mobilizados e suscitados aspectos decorrentes das vivências concretas e subjetivas das participantes, gerando desconforto, angústia e/ou outros

afetos, não foi verificado nenhum prejuízo, ou pelo menos, as participantes não comunicaram à pesquisadora.

Pois, a mesma, esteve disponível a minimizar os possíveis impactos provocados pela pesquisa, a partir de suas experiências enquanto plantonista em atendimento clínico de urgência no Projeto Plantão Psicológico. Além disso, todo percurso ocorreu sob supervisão da psicóloga (CRP 22/01392) e professora orientadora dessa pesquisa, Cláudia Aline Soares Monteiro, que também se dispôs em realizar o acolhimento de demandas de mobilização afetiva, caso necessário.

Dessa forma, o Projeto da pesquisa foi elaborado e submetido à avaliação de dois docentes do Departamento de Psicologia/UFMA, no qual obteve parecer favorável e encaminhado para a Plataforma Brasil - Comitê de Ética do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão / HU- UFMA- (CAAE: 49647421.6.0000.5086) e aprovado sob parecer de número 4.905.948.

3.7 Análise dos dados

A análise de dados foi realizada a partir do modelo proposto por Laurence Bardin (1977), a análise de conteúdo. Segundo a autora, trata-se de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

Na perspectiva de Godoy (1995), embora a análise de conteúdo tenha privilegiado as formas de comunicação oral e escrita em sua origem, ela abrange qualquer meio de comunicação que transmita “[...] um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode, em princípio, ser decifrada pelas técnicas de análise de conteúdo” (GODOY, 1995, p. 23). O que significa que por trás de um discurso há algum sentido que pode ser desvendado.

Ainda para esse autor, o esforço do analista é, então, duplo: em primeiro plano buscar entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, em segundo plano, mas não menos importante, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem. Além disso, a análise de conteúdo pode assumir diferentes formas, adaptadas aos tipos de documentos e objetivos dos pesquisadores, tendo em vista que não se trata de uma única técnica, ainda que seus objetivos principais permaneçam.

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo constitui-se em três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise, também chamada de leitura “flutuante”, em analogia à atitude psicanalista, pode ser categorizada como uma fase de organização em que há um primeiro contato com os documentos a serem analisados.

A partir desse primeiro contato, ocorre a “[...] escolha dos documentos que serão submetidos à análise; a formulação das hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final” (BARDIN, 1997, p. 95). Neste trabalho, essa etapa ocorreu quando a pesquisadora realizou a transcrição das entrevistas, pois entrou em contato com o texto organizado e sistematizado do que havia ocorrido na experiência dos encontros. Essa etapa não se esgotou em uma única vez.

A segunda fase é, portanto, a exploração do material que corresponde às operações de codificação, em função das regras previamente formuladas. A autora aponta que a partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. Sendo assim, o critério de categorização “[...] impõe a investigar do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles” (BARDIN, 1977, p. 118).

Assim, acrescenta que, para que uma categoria seja classificada como “boa”, necessita possuir algumas qualidades: 1- a exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; 2- a homogeneidade: um único princípio de sua organização deve governar sua organização; 3- a pertinência: quando está adaptada ao material de análise escolhido e quando pertence ao quadro teórico definido; 4- a objetividade e fidelidade: as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises; 5- a produtividade: um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos. (BARDIN, 1997, p. 120-121)

Nessa etapa de exploração do material, as entrevistas foram lidas novamente em associação com objetivos específicos da pesquisa, assim como dos materiais bibliográficos selecionados como referencial teórico em procedimentos de codificação, classificação e categorização.

Por fim, a terceira fase denominada tratamento dos dados, o pesquisador tendo como base os dados brutos obtidos procurará torná-los significativos e válidos. Dessa forma, poderá

utilizar técnicas qualitativas e/ ou quantitativas, de forma que condense tais resultados em busca de padrões, tendências ou relações implícitas.

“Esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, conforme indicado anteriormente, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido” (GODOY, 1995, p. 24). Essa terceira etapa se deu num movimento contínuo entre a teorização e os dados coletados nas entrevistas.

Para melhor compreensão da análise dos dados conforme essa proposta, os tópicos seguintes apresentam a sistematização desse processo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Categorias sistematizadas a partir das entrevistas

Inicialmente, conforme explicitado as etapas da análise de conteúdo, o processo de categorização das entrevistas, a partir das falas das participantes, resultou em 8 categorias primárias. Posteriormente, após nova análise, essas categorias foram reagrupadas em 5 categorias secundárias (quadro 2).

Como representação das categorias, as falas foram retiradas literais da entrevista (quadro 3), segundo os quadros abaixo.

Quadro 2: Categorias primárias e secundárias das entrevistas

CATEGORIAS PRIMÁRIAS	CATEGORIAS SECUNDÁRIAS
1. Concepção sobre ser mulher	1. Concepção sobre ser mulher
2. Concepção sobre maternidade/ ser mãe	2. Concepção sobre maternidade/ ser mãe
3. Formação em Psicologia na UFMA	3. Formação em Psicologia na UFMA
4. Desafios na graduação sendo mulher-mãe	4. Mulher-Mãe- Universitária
5. Conciliação da maternidade e graduação	
6. Estratégias de conciliação	
7. Auxílio da Universidade	5. Amparo legal da maternidade na Universidade
8. Medidas de amparo legal	

Fonte: produção pesquisadora

Quadro 3: Categorias finais com falas representativas

CATEGORIAS	FALAS DAS PARTICIPANTES
1. Concepção sobre ser mulher	<p><i>“Esse ser mulher, ele é muito difícil, ele é envolto numa série de de pontos, né? Que se interligam...é, maternidade, é vida profissional, é vida pessoal, né? As coisas que que acabam, que influenciam nessa minha concepção do que é ser mulher, né? Na verdade, pra mim ser mulher chega a ser um fardo, né? Porque é muito pesado, é muito pesado por várias e várias vezes...”. Clarisse</i></p>
2. Concepção sobre maternidade e ser mãe	<p><i>“Eu acho que é uma escolha, né?[...] E mãe realmente ter uma missão de de amor, de cuidado, de proteção, de ensino porque não é somente gerar um filho, não é somente conceber um filho, né? Porque conceber muitas concebe...”. Gisele</i></p>
3. Formação em Psicologia na UFMA	<p><i>“Então, pra mim o curso desde sempre é muito complicado e agora que eu sou mãe mais ainda porque é impressionante, primeiro dia de aula os professores são muito empáticos, nossa, maravilhosos, super compreensivos, depois... (risos) enfim, então, como está sendo a sua formação no curso? Muito difícil”. Fernanda</i></p>
4. Mulher-Mãe- Universitária	<p><i>"A questão da conciliação afeta minha vida mais na questão, assim da da da afetividade mesmo, sabe? De não tá nesses momentos com eles, entendeu? Então, às vezes, é... eles querem dar comida, eles querem fazer alguma coisa, eu tô numa aula ou eu num posso porque eu vou estudar, eu tenho um trabalho pra entregar, entendeu? E aí, eu fico tentando conciliar assim, oferecendo outras atividades, alguma coisa assim, é... afeta muito assim, a o sentimento de culpa é é latente (risos)". Noemia</i></p>
5. Amparo legal da maternidade na Universidade	<p><i>“Mas tu já vive em situação de vulnerabilidade, aí tu daí é mãe, tua vulnerabilidade fica triplicada, (risos), né? Então, eu acho que poderia ser um auxílio a mais. [...] Então, acho que ajudaria muito, tendo um suporte muito</i></p>

	<p><i>grande pra que os estudantes, é nesse sentido da maternidade em si, porque a bolsa permanência, ela ajuda muito o aluno no sentido acadêmico, a uma passagem, a uma xérox, a um lanche na universidade, né? Mas pra mãe já seria um outro contexto, né?”. Adriana</i></p>
--	---

Fonte: produção pesquisadora.

Este processo de categorização possibilitou, com base na Análise de Conteúdo, o tratamento dos dados (terceira etapa segundo Bardin (1977), na qual se realizou o processo de inferências e interpretações, sendo discutidas à luz do referencial teórico referido nas páginas seguintes.

Como resultado final, as categorias foram: 1- Concepção sobre ser mulher; 2- Concepção sobre maternidade e ser mãe; 3- Formação em Psicologia na UFMA; 4- Mulher-Mãe-Universitária; 5- Amparo legal na Universidade.

4.2 Concepção sobre ser mulher

A concepção sobre “o que é ser mulher” para as participantes foi o primeiro aspecto a ser trabalhado nas entrevistas, tendo em vista que dessa concepção estão engendrados os demais papéis que essa mulher poderá assumir, como a maternidade e a profissionalização.

As 5 participantes apresentaram discursos com pontos em comuns em relação a esta concepção, principalmente no que concerne às exigências socioculturais de gênero e na multiplicidade de papéis que precisam cumprir com excelência: “*Ser mulher é ser tudo, é ser multitarefas. E a gente nem pode ter direito de escolher porque quando nós escolhemos as pessoas julgam o tempo todo. Então, temos que dar conta de tudo e com qualidade! (Risos)*” - *Fernanda*.

O ponto tocado por Fernanda de “*a gente nem pode ter direito de escolher*” reforça a visão determinista sociocultural do que a mulher deve ser, negando assim, a sua subjetividade e o direito de construir sua própria identidade, sua história. Os julgamentos, como consequência de não trilhar pelos caminhos determinados convencionalmente, visto na fala de Fernanda, foi

outro ponto trazido pelas participantes. A sensação de estar sendo vigiada, tanto pelos familiares, amigos e nos demais âmbitos sociais, acaba trazendo peso ao ser mulher.

A gente... é e em várias etapas da minha vida eu me vi numa situação de de pensar assim, poxa, porque que tem que ser tão difícil ser mulher, né? Porque pra onde você vira você é julgada...mas se você é mãe você é julgado, se você escolhe não ser mãe você é julgada, se você escolhe uma profissão X ou Y você é julgado, então, pra qualquer lado que você se vire tem um dedo apontando pra ti. E tem um alvo na nossas costas também, né? Já não bastasse ter o dedo apontando, a gente tem o alvo nas costas. CLARISSE

Tu nunca consegue ser boa... o ideal é que a sociedade quer que a gente seja boa em tudo, né? O desempenho ali máximo em tudo, né? Que só é fodona... [...] Três graduação... a casa de xxxxx só vive limpa.... xxxx é uma excelente profissional, teve até uma promoção agora. Na gestação ela conseguiu fazer três graduação, nossa, sabe? É tipo assim, o máximo, né? É a supermulher. ADRIANA

Conforme esses aspectos trazidos pelas participantes, embora na contemporaneidade a mulher tenha conquistado a ampliação de sua liberdade pessoal, muitos discursos e comportamentos vão de encontro a tal preceito, subjugando-as em identidades determinadas por meio das relações de poder. Tedeschi (2012), contribui sobre essa compreensão de relações de poder, com base no pensamento foucaultiano, que diz que

[...] o poder não só não é imposto de cima para baixo como também é algo complexo, difuso. Em se tratando de uma relação de poder pode ser observado em dois sentidos: a sua capacidade de afetar – exercício do poder – e sua capacidade de ser afetado – provocando resistência. Resistência e relações de poder estão implicados em uma relação dialética, na qual um é o outro necessário da relação. (TEDESCHI, 2012, p. 27)

Nesse sentido, nessa relação dialética entre relações de poder e resistência, o processo da constituição subjetiva feminina se ver ancorado nos ideais construídos socioculturalmente, ainda que continuem sendo feitos esforços em direção a maiores mudanças, são concepções que permanecem arraigadas.

Para Machado, Penna e Caleiro (2019), no Brasil, especificamente entre o final do século XIX e o início do século XX, o projeto de higienização se ocupou dos corpos das mulheres e objetivavam moldar o comportamento feminino, conseqüentemente, delegando lugares específicos para homens e mulheres. “A identidade feminina é resultado dos processos históricos, pelas vivências singulares e coletivas, cotidianamente, marcada pelos discursos e valores sociais” (MACHADO; PENNA; CALEIRO, 2019, p. 1122). O que é ratificado nas falas das participantes, dado que trazem o peso desse ideal feminino, pela representação dos corpos e funções, que se convertem em julgamentos quando não são correspondidos.

Adriana traz o termo “*supermulher*” enquanto aquela que consegue ser boa em tudo, nos diversos papéis que ocupa, como profissão e maternidade, uma mulher com “superpoderes”. O que retoma a discussão, já apresentada neste trabalho, sobre a ideia de Mulher-Maravilha, na qual carrega o ideal da mulher contemporânea, cujo peso se dá pela multiplicidade de tarefas realizadas e bem-sucedidas. Outro fator verificado nessa concepção do ser mulher é em relação à noção do sagrado, ligado à maternidade e que passa pelos aspectos biológicos, a partir de concepções religiosas. Inclusive, uma das participantes hesitou em falar sobre esse aspecto com receio de ser julgada pela pesquisadora, uma vez que a visão cristã pode assumir caráter negativo socialmente.

Tá, é... eu acho que ser mulher pra mim tá intimamente ligado a questão da maternidade, sabe? Porque por mais que... tem assim, sobre essa possibilidade de ser mãe, eu tenho, assim uma, não sei se isso é relevante ou não, mas assim eu tenho uma formação cristã, né? Católica. E assim, eu sempre via essa questão do feminino como um sagrado, né? Mesmo assim, como uma oportunidade, assim, de ser mãe, de gerir. [...] Mas eu acho que é essencialmente o que acaba diferenciando-se, porque eu tô pensando assim no ser mulher, o que que diferencia do ser homem, talvez? É a capacidade de de de gestar né? NOEMIA

É... pra mim é... eu eu me considero mulher em todos os aspectos por ser primeiramente por ser auxiliadora, né? Como eu sou eu sou evangélica e eu eu vejo a mulher como aquela que auxilia porque biblicamente é isso, né? Que nós somos colocadas pra ser mulher ajudadora, fato de ser mãe também me constitui muito mulher porque pra mim a concepção é algo que eu digo que nós tínhamos o privilégio de termos uma sensação que nenhum homem no mundo vai ter que de ter uma criança mexendo dentro de si, né?. GISELE

As características biológicas do sexo feminino aparecem como marcantes, no que diz respeito a essa constituição do feminino. Em outros momentos, Noemia fala dos problemas enfrentados associados ao momento menstrual, gestacional e amamentação que marcam sua subjetividade enquanto mulher.

Além disso, os discursos acima representam influências da concepção cristã na imagem que as participantes têm de mulher que, para Tedeschi (2012), se torna um fator determinante “[...] dos modelos de auto representação da mulher e da identidade feminina que são por si construções sociais em nível mais vasto, em que a religião assume um papel particularmente importante” (TEDESCHI, 2012, p. 57). Ainda sobre esse aspecto, uma das participantes diz que acredita viver um conflito, pois embora partindo dessa visão cristã de mulher e maternidade, não é a única visão que a compõe, tendo em vista que busca se realizar profissionalmente e em outros aspectos que estabelece como “*meu eu mulher*”.

Outra participante que também traz essa concepção, também expressa a necessidade de sua independência por meio do trabalho, como na seguinte fala: “*eu sou uma mulher bastante dependente, assim no sentido de poder trabalhar, eu gosto, eu acho que a mulher ela precisa*

ser independente, ela precisa ser autônoma, ela precisa ter voz, né?”. O que se percebe é que essas mulheres buscam conciliar suas concepções religiosas com outros aspectos que atravessam suas vidas, sem que isso anulem seus anseios pessoais, como a carreira. E para que esses espaços de autonomia e liberdade sejam garantidos, é necessário a colaboração do outro nessa construção. Nesse sentido, essa busca não deve se restringir às mulheres, mas ao coletivo que compreende essas necessidades.

Tal reflexão vai ao encontro da ideia de alteridade proposta por Lévinas (1988 *apud* Vieira e Freire, 2006) estabelecido pela relação com esse Outro, marcado por uma relação que “[...] é assimétrica e sou responsável por ele, pois, segundo Lévinas, recordando Dostoievski, “somos todos culpados de tudo e de todos perante todos, e eu mais do que os outros” (*apud* Lévinas, 1988, p.90)” (VIEIRA; FREIRE, 2006, p. 427).

Por último, vale ressaltar que, por mais que as falas das participantes estejam permeadas dos desafios e questões acerca do ser mulher, também destacam que para além do sofrimento imbricado, existe o prazer em ser mulher e como encontram nessas adversidades forças para continuar a luta, continuando resistindo. O que implica uma dinâmica entre prazer e sofrimento.

É... primeiramente pra mim ser mulher é um privilégio. Eu amo ser mulher. Apesar de todas as demandas é... que a gente tem no nosso dia a dia, das cobranças que a gente tem desde quando é muito pequena, né?. GISELE

Então, pra mim ser mulher é ter essa força pra suportar todo esse fardo que é ser mulher, né? Principalmente nos dias de hoje, né? Então, é arcar com uma responsabilidade que muitas vezes vai pra além do que você acha que consegue suportar. CLARISSE

Mas pra mim, assim, a palavra mulher significa força, sabe? Eu acho que ser mulher nos remete muito a ser fortes porque, querendo ou não, existe diversas questões biológicas, sociais que permeiam essa questão de ser mulher. É... de ter nascido do gênero feminino e pra mim, por exemplo, eu gosto muito de ser mulher...é, apesar de todas as dificuldades que a gente enfrenta do preconceito e a própria questão de ser mãe, né?. ADRIANA

As falas das participantes demarcam sobre suas vivências subjetiva em direção à resiliência, onde mediante as cobranças, responsabilidades e dificuldades que encontram nesse lugar do feminino, buscam mobilizar seus recursos de “força” para o enfretamento e, como consequência, encontram ainda prazer nesse lugar que é ser mulher. Ainda que, cabe ressaltar, é percebido fortemente falas marcadas pela ideia de sacrifícios e sofrimentos como algo natural do lugar da mulher, tendo a desigualdade de gênero naturalizada.

4.3 Concepção sobre maternidade e ser mãe

A segunda categoria encontrada se trata das concepções que essas mulheres-mães têm sobre maternidade e ser mãe. Antes de tudo, é importante assinalar a diferença estabelecida entre esses dois conceitos, onde as participantes trouxeram as ideias que têm sobre eles.

Ao meu ver, a maternidade é um pouquinho diferente de ser mãe. Porque maternidade é você ter um bebê pra criar, pra cuidar, mas ser mãe envolve proteção, cuidado, acolhimento, preocupação, zelo. Eu acho que... apesar da palavra ser menor, eu acho, ao meu ver, ela é mais completa. Maternidade qualquer pessoa, inclusive, que não não quer ter filho, pode ter, né? Pode ser maternidade, mas mãe eu acho que mãe tem muito a ver com proteção, né? Cuidado com né? Com zelo, eu acho, minha concepção leiga. FERNANDA

[...] E assim, mãe realmente ter uma missão de de amor, de cuidado, de proteção, de ensino, porque não é somente gerar um filho, não é somente conceber um filho, né? Porque conceber muitas concebe... apenas conceberam uma criança e jogaram ali, né? Então, é... são teoricamente chamadas de mãe porque pariram, mas mas mãe efetivamente com essa missão cuidado, de amor que você já ama desde o ventre, não não tem. Cê percebe isso nitidamente, né?. GISELE

Essas mulheres-mães entendem, portanto, que a maternidade é um dos primeiros processos para se tornar mãe, relacionado ao gerar, conceber um filho. Todavia, o ser mãe está para além de relações biológicas da gestação, mas está ligado ao vínculo que é construído por meio de ações que trazem cuidado e proteção a esse outro ser. Inclusive, um fato que marca essa diferença entre maternidade e o “ser mãe”, não é necessariamente dado pelo fator biológico, uma vez que existem mães que adotam os filhos, como no caso da experiência familiar de uma das participantes:

E o amor...tá louco, num tem diferença, não tem diferença pra você dizer, ah, esse aqui é o meu irmão biológico, esse aqui não é o meu irmão biológico. [...] Você transforma tudo aquilo ali num... num tem diferença do biológico pro pro de coração, não existe isso, tá? Eu te digo isso por vivenciar isso na minha família. GISELE

Esses discursos se entrelaçam ao que Badinter (1985) tece críticas sobre a naturalização do amor materno e do vínculo instintivo. Segundo a autora, conforme citado por Carvalho e Oliveira (2017), o valor dos papéis sociais está atribuído a uma construção social, alicerçada pelas produções de significados que são vinculados à história cultural, em que o discurso ideológico da figura da mulher a partir de sua natureza biológica, chamando o corpo feminino à ordem, especialmente em gerar e criar filhos, com efeitos a vivenciarem o tão admirado “instinto materno” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017).

É ali aquele momento, porque depois é outra construção que é a maternagem, aquilo ali é outro tipo de laço que você cria com a criança porque eu acredito nisso que é uma construção, né? Porque você pariu, né? Que saiu de você que aquilo obriga a criança a te amar, que obriga né? Não, é uma construção, ela é uma relação de respeito, de afeto, de carinho que vai sendo ali criada aí pro resto da vida da criança, principalmente na primeira infância. CLARISSE

Portanto, com base em suas falas, é indiscutível para as participantes que o ser mãe é um processo contínuo, envolvendo responsabilidade e empenho na parte que lhes corresponde. Esse papel, inclusive, significa abrir mão de si mesma, fazer concessões de sonhos e anseios pessoais e, até mesmo, realizar sacrifícios, pois este é um fenômeno permeado de conflitos e desafios. Ademais, embora os filhos das participantes sejam de faixas etárias diferentes (de 0 a 17 anos), compareceu em todas essa sobrecarga.

É... eu acho assim que é uma é uma dedicação, sabe? Eu acho que pra mim, a minha concepção de maternidade, assim tá muito ligada a... fazer concessões, sabe? [...] Então, foram momentos assim que eu parei minha vida e mesmo depois que eles nasceram, eu amamentei por quase dois anos todos eles, então eu abria mão, por exemplo, eu não consumia nenhuma bebida alcoólica naquele período, eu não não saía fora, eu não viajava, a não ser com eles, entendeu? Então assim, teve toda essa dedicação, né?. NOEMIA

Então é um processo muito complicado, é um processo que leva tempo, que custa muito porque escolher ser mãe, ou ser mãe mesmo que não tenha sido uma escolha direta, né? Ela vem com uma coisa que se chama sacrifícios, né? E talvez este seja o ponto mais complicado, é você ter que lidar com esse sacrifício, com coisas que você vai ter que abrir mão, né?. CLARISSE

Até mesmo as participantes que disseram ter a gravidez planejada (das 5 participantes, apenas 1 não teve a gravidez planejada) relatam os sacrifícios que precisaram fazer quando se tornaram mães. “*É, inclusive, do fato de que eu queria ter três filhos, né? Então, por causa dessas duas experiências e desses sacrifícios, dessas coisas que eu tive que abrir mão, dessas duas experiências, eu decidi não ter o terceiro, né?*” - Clarisse. E falar sobre como, muitas vezes, a maternidade e o ser mãe trazem esse peso, se torna difícil porque parece, de alguma forma, que isso se traduz socialmente em uma ofensa à maternagem, ou seja, não há espaços para que essas mulheres-mães possam expressar sobre como são afetadas pelas implicações trazidas por esse processo.

[...] É difícil falar do tipo, é pesado porque a sensação que a gente tem de falar assim, nossa, difícil ser mãe é como se isso fizesse com que a gente de alguma forma ofendesse o nosso filho, entendeu? NOEMIA

[...] Eu coloquei na rede social assim, que eu amava meus filhos, eu amo meus filhos, eu amava não, eu amo meus filhos, mas eu não gosto de ser mãe, né? Uma coisa assim que eu coloquei, é algo nesse sentido, e aí eu lembro que meio que causou um reboliço (sic), né? Nas pessoas. O fato de amar eles não significa que eu amo ser mãe, né? E é maternidade é uma coisa que eu sempre quis, eu sempre me imaginei né? Sendo mãe, mas é como eu te disse é um fardo tão grande, né?. CLARISSE

A romantização da maternidade obriga a mulher-mãe a se sentir realizada o tempo todo, quando isso não acontece, é comum comparecer o sentimento de culpa e frustração, de não ser uma boa mãe, não estar conseguindo cumprir seu papel como deveria. O custo emocional parece estar acima das causas de prazer em matinar. Descrito por César *et al.* (2019) como o

sentimento de “que coabitam, muitas vezes as sensações de perda e ganho, o vazio e a ausência de si e a necessidade de estar "pronta", perfeita e ser uma boa mãe” (CÉSAR *et al.* 2019, p. 70).

As próprias mudanças no corpo, ocasionadas pela gestação, também reverberam em implicações emocionais, pois as marcas que são deixadas estão à margem do prescrito socialmente. Um exemplo é como a participante gestante relatou sobre não ligar a câmera nas aulas remotas pois está cheia de espinhas, o que afeta sua autoestima. Além de não conseguir ter os mesmos rendimentos devido a limitações físicas da gravidez: “*E aí, há essa cobrança também de que a gente continue, né? Tendo um nível de rotina que antes a gente tinha, sendo que não é possível, né? - Adriana*”. Se há essa comparação entre o que está sendo feito entre o que se deveria fazer, estamos falando de uma maternidade idealizada socioculturalmente, onde há parâmetros entre o que é certo e o errado.

Pra sociedade, no sentido de que essa mãe precisa dar conta dessa criança, né? Precisa ser uma boa mãe, precisa dar uma boa educação e precisa ainda ser tudo isso e muito mais, né? A mulher mais famosa, a mulher maravilha. Porque se for ouvir o que os outros falam assim é muitas opiniões, é muita regras... é muitas fórmulas mágicas, né? Que tu precisa seguir ali pra ser uma boa mãe e não necessariamente esse boa pros outros pode ser boa pro meu filho, por exemplo, né?
ADRIANA

Então, se a pessoa for se prender a isso, de querer corresponder a qualquer que seja essa ideal, porque sempre tem um ideal, né? Quer seja pessoal, meu, como que mãe eu quero ser, quer seja da sociedade em relação a você, sempre vai ter alguém pra te julgar... e aí, então, a única forma que você tem de passar por isso sem é te destruir, vamos dizer assim, porque às vezes chega a esse ponto. Eu já fui destruída várias vezes, né? Então, no mínimo duas, né? Que são dois filhos. CLARISSE

Para Souza (2020), o que é entendido como culpa pode ser interpretado como frustração com a própria “ineficiência”, suas falhas e inaptidões. A decisão de se tornar mãe, no sentido da escolha de assumir tal papel, resulta necessariamente em sacrificar outro desejo. Para a autora, a normatividade materna se refere à “[...] dimensão da norma social!’. Há determinados comportamentos que as mães precisam ter, alguns estabelecidos por lei; caso contrário, arriscam a se tornarem alvo de exclusões, condenação pública ou perda da guarda dos/das filhos/as” (SOUZA, 2020, p. 54).

Em se tratando de afetos, não tem como não falarmos sobre as implicações que recaem no processo de construção de identidade, conseqüentemente, perpassando pela saúde mental dessas mulheres-mães. O ser-mãe acaba se sobrepondo ao ser-mulher, descaracterizando sua personalidade, pois precisa renunciar à vida social, dos projetos profissionais, dos desejos pessoais, enfim, há uma negação do próprio eu em prol desse outro. É como se quando nascesse uma mãe, não há lugar para que continue sendo quem é: ou você é mulher ou você é apenas

mãe. “Então, você acaba se negando o tempo todo. O tempo todo tu nega o que tu sente, tem que tá bem, tu tem que tá feliz porque pro bebê também tá feliz, porque ele tá aqui dentro, né?”

- Adriana. Retoma a noção de sacrifícios.

Às vezes, eu não me sentir mãe, tava OK porque quando eu não me sentia mãe vinha a culpa, era como se eu dissesse assim: “ah, eu esqueci meus filhos” ...mas não é isso, eu apenas deixei o papel de mãe de um lado e abri espaço pra outro papel que me trazia satisfação, que era ser apenas eu ter os meus anseios, né? Meus sonhos e tudo mais. Então, aí hoje em dia, eu entendo que eu tenho momentos que eu sou. CLARISSE

Parafraseando René Descartes, “Sou mulher, logo existo. Sou mãe, logo desapareço”. A fala de Adriana ratifica essa concepção: “Eu ainda nem parei pra pensar nisso, tipo quem sou eu agora. O que realmente eu gosto, né? O que realmente eu quero fazer, né? Eu não tenho mais tantas alternativas no sentido de de tempo, no sentido de de de como é que eu posso dizer?”. A respeito da saúde mental, os seguintes recortes retratam esse aspecto:

Tem dias que eu realmente não tô bem e se eu não tô bem, quando eu realmente não tô bem, que é aquele dia que eu não consigo levantar da cama é...Passo o dia todo, mesmo deitada, enrolada aquela posiçãozinha ali de feto e não sei de explicar nem porque assim, sabe? É algo que simplesmente eu amanheço assim e aí tudo eu tenho muito colocado a culpa na gestação, né?. ADRIANA

[...] cada filho que nasceu, ele levou com ele um pedaço de mim assim, um pedaço não só de mim no sentido de amor, de coração, que eu chamo meu filho de pedaço do meu coração, mas no sentido que o que eu acredito que eu sou, ou quem eu fui um dia, de certa forma eu deixei de ser a cada nascimento de um filho meu, né? E chegou um ponto que eu não me reconhecia mais... é tanto que eu tive que recorrer a terapia porque eu não sabia mais quem eu era. Parece que a cada filho que nasceu eu perdi um pouco da minha identidade, perdi um pouco daquela xxxxxx que eu achava que eu era, entendeu? E lidar com isso também é muito pesado. CLARISSE

A participante Adriana, na condição de gestante, diz sentir a necessidade de acompanhamento psicológico nessa fase da gestação, porém não teve encaminhamento, onde todos procedimentos são direcionados ao cuidado do bebê, desconsiderando suas necessidades enquanto mulher-mãe. “Porque se a mãe não está bem, o bebê também não está bem, mas eu falo assim, psicologicamente” - Adriana. A saúde física é priorizada em detrimento das demais áreas que compõem o sujeito. Observa-se a predominância da visão biologicista, ainda que muito se fala do conceito ampliado em saúde que considera os aspectos emocionais, sociais, espirituais.

Nesse sentido, Steen e Francisco (2019) abordam a necessidade e importância dos cuidados da saúde física e saúde mental materna, tanto na gestação como no pós-parto, que estejam associados promovendo o bem-estar integral. “Ser resiliente contribui para gestante desenvolver estratégias de enfrentamento, lidar com a ansiedade e estresse, reduzir o medo

associado ao parto e ajudá-las a manter saúde e bem-estar ao longo da maternidade”. (STEEN; FRANCISCO, 2019, p. 4). Importante assinalar que duas das participantes relataram ter vivenciado quadros psicopatológicos, com a necessidade de medicamentos, decorrente de contextos que envolviam, diretamente ou não, a maternidade. Portanto, precisaram recorrer à terapia e ao tratamento medicamentoso.

Por fim, outro aspecto mencionado durante as entrevistas, foi a questão da fé como possibilidade de enfrentamento nessas situações de conflitos e dificuldades. Nesse sentido, a fé comparece como uma ferramenta que auxilia essas mulheres-mães a suportarem a sobrecarga, mencionada por elas, e de onde encontram forças a continuarem lutando pelos seus ideais e re-existindo.

Oração. Muita oração... porque todos os dias, todos os dias, desde que eu me tornei mãe, eu oro. Eu agradeço a Deus tudo que já passou, tudo que a gente tá conseguindo avançando, conquistando... e peço força, peço sabedoria pra conseguir lidar com tudo e conseguir tomar as melhores decisões. FERNANDA

Então, é... é... é isso aí, essa autoanálise, né? Diária, né? Aquilo que a gente tá vendo que pode tá tá, de alguma forma, tá tá caindo e ficando estagnado, não tá... pode ter um problema mais na frente, a gente já tem que tá nessa observação, né? Tentando discernir, né? Pedindo discernimento pra Deus e sabedoria, né? Pra gente, a gente ir nessa caminhada. GISELE

Diante disso, a religiosidade comparece em muitos momentos nos discursos das participantes, apresentado ao longo do trabalho, o que nos convoca a ter um olhar sensível sob a forma como esse fator impacta na vida dessas mulheres-mães, constituindo suas dimensões subjetivas e sendo promotor de bem-estar e saúde.

4.4 Formação em Psicologia na UFMA

Em relação a esta categoria, as participantes trouxeram questões comuns que demarcam o processo de profissionalização no curso de Psicologia na Universidade Federal do Maranhão, como excesso de trabalhos e outras atividades exigidas na graduação, dificuldades no deslocamento, dificuldades em conciliar as demandas da Universidade com a maternidade e trabalho.

Das 5 participantes, 2 ainda fazem parte do currículo antigo- currículo 10 (de 1996 a 2014²²)- e as outras 3 fazem parte do currículo atual, o 20 (a partir de 2015) e posteriormente, em 2017 a criação das ênfases Processos Clínicos e Saúde e Processos Psicossociais. Por

²² Fonte: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/curriculo_curso.jsf?lc=pt_br&id=85820

fazerem parte de currículos diferentes, os discursos mostraram que os dois currículos apresentam dificuldades, mas a principal diferença é que no currículo anterior ao vigente, o curso era no turno vespertino e, atualmente, o curso é integral. Ou seja, estudantes que fazem parte do currículo novo precisam dispor de tempo dos três turnos, manhã, tarde e noite para conciliar com outras funções.

Todas as participantes são “fatorais” no curso, significando o desafio em acompanhar o percurso tal qual está na estrutura curricular, pois para além da condição de estudante, existem inúmeras demandas que precisam conciliar, o que inclui a maternidade, ainda mais em um curso de período integral.

Muito difícil, muito penoso. Desde o começo sempre foi muito difícil porque eu não só estudo, eu trabalho muito, então, toda minha graduação tenho feito nos horários que deu, então, muito muito atrasada... mas, depois que eu me tornei mãe, tem sido ainda mais difícil. [...] eu só continuo na graduação pelo apoio da minha mãe e uma força que eu tô tirando não sei de onde... (risos). FERNANDA

Outro fator comum a todas participantes é que desempenham atividades laborais, ou seja, além de estudantes são trabalhadoras, fator esse que implica em desgastes físicos e psicológicos ao buscarem conciliar a vida acadêmica com a profissional.

Porque meu trabalho é da onde tira o meu sustento, eu não tem como eu, se for pra mim faltar, por exemplo, uma aula no meu trabalho, eu tenho que priorizar meu trabalho, porque é da onde sai, é onde eu tô me sustentando, é onde eu pago essa internet, é aonde eu consigo ter esse computador, então é questões mesmo de prioridade e isso eu acho que a universidade ela não tá preocupada com isso, né? ADRIANA

Como trabalhadoras-estudantes, a trajetória acadêmica esbarra em diversos complicadores nesse processo, como Prebill e Corrêia (2021) destacam, sendo: limites gerados pelo ingresso tardio no ensino superior, dificuldades financeiras e para conciliar estudo e trabalho, baixa qualidade de vida e rendimento acadêmico insatisfatório. Embora as autoras enfoquem em trabalhadores-estudantes do curso de Enfermagem, as condições são as mesmas que se apresentam no curso de Psicologia, de uma forma geral.

Três participantes salientaram que vieram de outras graduações, mas que não se compara com os desafios encontrados no curso de Psicologia da UFMA. Mas, ao mesmo tempo, reforçam que persistem nessa graduação por considerarem a realização pessoal, seus projetos de vida, ainda que seja latente, em muitos momentos, as consequências diante de determinadas situações advindas do curso.

Então, o curso eu venho tentando finalizar ele, mas assim eu digo, só eu e Deus sabe o custo... e o custo mental, o custo físico né? Físico também porque minha saúde física, ela também ficou comprometida, né? Gastrite, ansiedade, enxaqueca, crise de crises de enxaqueca tudo isso, sabe? E é uma coisa tão louca porque foi uma escolha, eu escolhi... eu escolhi fazer esse, né?. CLARISSE

Eu já fiz, eu já fiz vários, eu sou formada, eu sou graduada, né? Direito. Eu já fiz outra faculdade, né? Antes do Direito, daí agora é a terceira vez que eu tô começando, né? [...] Só que era bem mais tranquilo, agora especificamente aí eu vou te dizer de psicologia... tem sido assim, megadifícil! Então, a quantidade de trabalho que o pessoal passa na psicologia é um negócio assim surreal, sabe? Porque eu vim de dois cursos, eu fiz Engenharia, fiz Direito e... era prova, né? Então você tinha semana de prova, aquela semana de prova que era uma loucura, mas eram três semanas de prova e OK, sabe? E na psicologia não, toda semana você tem trabalho pra entregar, muito trabalho, uma demanda muito grande de trabalho e eu eu sou extremamente assim... exigente assim comigo mesmo sabe? (Risos). NOEMIA

Agora é claro, não, é eu te digo com todas as letras, não é a mesma forma como eu fiz a minha primeira graduação, né? Que você se dedica exclusivamente pra aquilo, né? Eu trabalhava, mas eu eu me dedicava muito, né? Mas eu tô conseguindo, né? GISELE

Todavia, destacam em seus discursos o prazer que têm em estar cursando Psicologia e como essa realização pessoal tem servido como motivação para não desistirem.

O curso é maravilhoso, eu sou completamente apaixonada por psicologia, pra mim assim, eu demorei muito pra pra decidir o que eu queria assim da minha vida, né? [...] Eu até digo assim, mesmo que às vezes eu faço muitas cadeiras, mas é algo que me traz mais prazer do que sofrimento, sabe? A faculdade, porque eu gosto demais, demais, demais, demais. Então, assim, e acaba sendo um momento que acaba sendo um momento que de prazer pra mim e tá estudando, sabe? Eu num num acho assim, muitas vezes eu passo o fim de semana estudando, é muito comum pra mim passar um sábado, domingo estudando e aí você fala, ah, tu vive estudando.... mas não é ruim pra mim, eu eu adoro, sabe?. NOEMIA

Detalhe, eu tô fazendo esse curso, né? Eu sempre costumo dizer assim pro meu esposo que é... eu tô realizando a minha paixão, que eu sempre quis fazer, né? Porque a realização pessoal, eu não quero fazer de qualquer forma, não quero fazer de qualquer forma, né? E hoje eu levo isso muito assim, eu eu é... eu quero fazer o curso com tranquilidade, eu não quero enlouquecer por conta de uma disciplina não... GISELE

A busca por uma identidade profissional que carregue a realização pessoal, nesse caso como psicólogas, se converge em energias motivacionais que impulsionam essas mulheres a se sentirem reconhecidas e valorizadas, tornando o curso uma vivência como algo atrativo e cheio de significados.

4.5 Mulher-Mãe-Universitária

Esta categoria atravessa todas as outras, em razão de que se trata da “junção das partes” que compõem as participantes, especificamente as partes que esta pesquisa se propôs a analisar, pois nem mesmo essas categorias as limitam em suas pluralidades dos modos de ser e viver.

Ao falarem de suas experiências nesses lugares de mulher-mãe-universitária, concomitantemente, refletem como cada uma dessas facetas possui suas peculiaridades e

exigências. Portanto, gerenciá-las ao mesmo tempo resulta em diversos desafios que encontram na graduação, como os prazos dados para as atividades/trabalhos, grande número de faltas e não acolhimento por parte dos professores e coordenação do curso. A fala a seguir representa muito bem essas questões.

Atender as demandas dos professores que, muitas vezes, são irrealis. Muitos professores acham que têm somente a sua disciplina, mandam trabalhos enormes e realmente demandam muito... é... do nosso físico, do nosso psíquico, e muitas vezes, a gente mais se desgasta do que aprende. Não todos, claro. [...] porque é impressionante, primeiro dia de aula os professores são muito empáticos, nossa, maravilhosos, super compreensivos, depois... (risos) enfim. FERNANDA

Quanto à pergunta se já haviam recorrido à coordenação e/ou professores por questões referentes à maternidade, compareceu em algumas participantes o receio em “usar a maternidade para essa finalidade”, como se fosse visto como pretexto para conseguir benefícios próprios. Então, recorrem em casos de extrema urgência.

Eu fico muito muito assim, sabe? De usar isso, sabe? Assim, muitas vezes, o que eu já precisei falar com o professor, assim, olha, o professor pra abonar falta, alguma coisa porque eu tinha que levar algum dos meninos ao médico, né? Ou porque algum deles tava doente, né? Mas, assim, muito pouco assim, sabe? De de falar isso assim porque eu tenho medo, sabe? Assim de de falar, né? E e parecer assim, ah, tá usando isso, né? Pra ter algum benefício, sei lá, entendeu? Então, assim, na maioria das vezes eu faço trezentos sacrifícios, né? Pra pra não precisar recorrer, entendeu? NOEMIA

Mas pra mim o aspecto mais pesado foi esse, foi ter essa empatia por parte dos professores e de não ter essa empatia, às vezes me impediu de conversar, de de de achar que eu tinha um espaço pra conversar com a com aqueles professores, de chegar e dizer assim, professor, minha situação é essa, porque eu não queria também cair numa imagem de vitimista porque às vezes, certos professores, me me fazem eu me sentir assim, com algumas falas é eu sentia assim que se “ah, se eu chegar a professor e falar ele vai achar que eu tô enrolando, vai achar que eu tô com vitimismo, então eu nem vou falar, eu vou me virar”. CLARISSE

Não sentir abertura por parte dos professores para esse tipo de demanda, faz com que muitas delas não se sintam à vontade para explicar determinadas situações, como pressuposto que não serão entendidas ou serão julgadas, resolvendo buscar outras possibilidades de resolução ou ficarem prejudicadas nas disciplinas.

Um aspecto recorrente nas falas, como nas descritas acima, é o que elas chamam de “falta de empatia” dos professores. Algumas relatam situações em que precisaram de abono de faltas por precisar levar o filho ao médico, estender o prazo para entregar trabalho e que não foram bem compreendidas. Situações assim acabam criando barreiras entre professores e alunas, desenvolvendo generalizações sobre como proceder no curso perante tais momentos. Ainda assim, outras participantes relataram como se sentiram acolhidas por alguns professores, trazendo benefícios para a saúde emocional e rendimento acadêmico, além de ressaltar a importância de considerar os professores em suas funções, pois as regras do meio acadêmico

existem e precisam ser cumpridas. Embora, o que está em pauta para elas não é facilitar o percurso porque são mães, mas em reconhecê-las em suas especificidades.

Eu eu entendo que o professor também não pode abrir mão demais porque vira bagunça, mas ele precisa ser flexível pra entender certas situações, né? [...] Outras professoras que me viram transitando com meu meu filho, que meu filho chegou a frequentar a UFMA comigo algumas vezes, e aí elas também entendiam e perguntavam por eles e tudo, mas teve uns que que nem aí, sabe? CLARISSE

O rendimento acadêmico é outro aspecto que fica prejudicado nessa relação pela busca da conciliação dos papéis desempenhados por mulheres-mães-universitárias, pois, diante de todas as exigências no curso, nas disciplinas principalmente, e nas outras áreas da vida, não encontram condições suficientes para cumpri-las com êxito. Nesse sentido, isso traz implicações, inclusive, para além do rendimento, para a saúde emocional.

Porque eu tinha uma questão de autocobrança muito grande de exigir de mim um desempenho que era incompatível com a minha realidade, e também de me comparar com os outros colegas que tinha uma realidade totalmente diferente da minha, né?. CLARISSE

Percebe uma indiferença, entendeu? Mesmo que não explícita, mesmo que não dita, por exemplo, né? Mas tu percebe uma indiferença, né? Porque agora tu não é mais aquela é aquela aluna cem por cento, né? Agora tu vai ter que ser em sessenta por cento (risos), levando em consideração a maternidade, né? [...] Tipo assim, olha, eu não tô bem psicologicamente, mas como assim tu faz psicologia e não tá bem psicologicamente, né? Parece assim... ADRIANA

O curso é alguma coisa que me preocupa muito, de verdade e por exemplo, eh... eu percebi antigamente todo mundo queria fazer trabalho comigo porque eu sou aquela aluna que eu tô fazendo mesmo, faz anotações e tal, tira uma nota boa e depois que eu... com vergonha que eu não tenho muito tempo pra me dedicar, que eu não consigo fazer anotações de aula, muitas coisas eu percebi que já não querem mais fazer o trabalho comigo, sabe? FERNANDA

Ao encontro desses relatos, Saalfeld (2019) aponta que o discurso da produtividade no meio acadêmico se apresenta como uma via de mão dupla: por um lado, docentes cobram prazos e produtividades dos/as estudantes pelos órgãos regulamentadores das Universidades e os estudantes, por sua vez, se cobram por uma maior eficiência e rendimento nas atividades acadêmicas, buscando manter o coeficiente de rendimento em alta.

Essa sociedade da produtividade tem caracterizado seus sujeitos como produtivos, sim, intelectuais, inovadores, revolucionários, empreendedores, porém, cansados, dopados e adoecidos. Se ela é capaz de fazer com que em poucos anos alguém alcance status social, estabilidade financeira, em poucos anos também ela consegue produzir sujeitos incapacitados de desfrutarem de tudo que construiu, principalmente pelo desgaste físico e psíquico. O meio acadêmico não está isento dessa lógica. Discentes e docentes estão adoecendo em meio ao furação de exigências e metas a serem atingidas. Assim, devido à maternidade, algumas

participantes relataram ter tomado iniciativas quanto a postergar a entrada no Ensino Superior, trancar e até mesmo desistir do curso por não conseguirem conciliar.

É, a a questão da universidade foi um sonho que eu tive que adiar por muito tempo, por causa da maternidade, né? Não tem nem como separar, dizer que isso afeta aqui, não afeta ali... afeta de forma geral, eu nunca estive bem academicamente quando meus filhos não estavam bem. [...] eu meio que surtei ali justamente por não não achar uma forma de conciliar maternidade com o curso, né? Eu desenvolvi transtorno de ansiedade, tive que tomar é antidepressivo por um tempo... é tive ataques de de ansiedade. CLARISSE

Eu descobri que eu estava grávida logo que eu entrei, eu entrei no segundo semestre, né? [...] E aí, foi que eu abandonei a primeira vez, né? [...] Então assim, é quase se você dizer... você tem que escolher entre ser mãe e estudar. NOEMIA

E na época que eu eu me afastei, eu me afastei no quarto período, eu estava adoecida mesmo, eu tava muito cansada e o e o meu corpo já estava mesmo falando, né? Eu sentia muitas dores de cabeça, eu chegava em casa com muita dor e isso aí afetava o meu cuidado com a xxxx porque eu já não tinha ânimo sequer de brincar, de conversar...aí você fica irritada, você fica estressada né? Então, afeta tudo, né? Quando você não tá bem emocionalmente, tá bem afeta tudo, né? [...] E a gente fazia na época, eram sete disciplinas, né? No primeiro período foram oito disciplinas, então, eram muitas disciplinas... e pra ser presencial... GISELE

Conforme salienta Saalfeld (2019), muitas mulheres acabam abandonando ou adiando por muito tempo os estudos por conta da maternidade e quando conseguem retornar se sentem sem suporte dentro dos espaços acadêmicos. Essa interrupção da carreira pode ocorrer pela falta de suporte familiar, condições socioeconômicas, ausência de projeto de vida ou outros motivos. De qualquer forma, isso se configura como desvantagem sofrida pelas mulheres-mães no Ensino Superior.

Ao mesmo tempo em que as mulheres são cobradas para terem uma carreira profissional, são pleiteadas também à responsabilidade da criação dos seus filhos (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2008). Desta forma, o fato da mulher moderna com o estereótipo de mulher bem-sucedida poder ser mãe e profissional, não cabem na mesma equação, gerando assim conflitos de conciliação de funções (FABRO; HELOANI, 2010). Essa conciliação é muitas vezes penosa para as mulheres e acabam forçando-as a seguir o que é prioridade em suas vidas. (SILVA *et al.* 2019, 196)

O ensino remoto na UFMA, devido ao contexto da pandemia, está em funcionamento desde o semestre 2020.1 e até o momento, ainda com contexto ameaçador da COVID e variantes decorrentes, além de outros vírus como a influenza, as aulas presenciais na Universidade ainda não retornaram. Dessa forma, o ensino remoto tem trazido também implicações nas vivências dessas mulheres-mães-estudantes, positivamente e negativamente, como retratam em suas falas. Muitas vezes, quando o curso estava no modo presencial, passavam a maior parte do dia na Universidade e em outras atividades, consequentemente, abrindo mão do tempo como mãe:

Mas quando ele não era presencial, né? Eu trabalho também, então, eu passava a manhã inteira do trabalho e meu trabalho é perto da UFMA, no começo eu ia direto do trabalho pra UFMA e eu chegava em casa... porque a nossa última disciplina é sete e meia da noite, eu chegava em casa oito horas, oito e pouca, né? E aí eu eu ia direto sabe? E aí eu disse não, não dá, aí eu fiz um sacrifício assim... eu vinha almoçar em casa e eu moro no xxxx... então, eu eu saía lá pertinho da UFMA e vinha almoçar em casa e pra voltar uma e meia, às vezes quinze pras duas, aí chegava um pouquinho atrasada lá só pra poder tá com eles nesse horaríozinho porque, muitas vezes, quando eu chegava eles tavam dormindo, sabe? E aí assim foi muito difícil pra mim, ainda tá sendo sabe?. NOEMIA

A rotina acelerada com muitas atividades, devido ao cumprimento das diversas funções, proporciona o sentimento de culpa, mais uma vez, de não estar desempenhando devidamente alguma dessas tarefas, principalmente relacionada aos cuidados diretos dos filhos, como colocar para dormir, acompanhar nas atividades escolares, etc.

Eu pensei desistir várias e várias vezes porque meus filhos não estavam não estavam bem fisicamente, eles estavam adoecendo uma atrás da outra, né?[...] Disseram que as os meus filhos estavam daquele jeito porque eu tava deixando de cuidar deles, vamos dizer assim, de tá em casa com eles pra tá estudando e aquilo teve um peso enorme.[...] Que eu já tinha aquele sentimento de culpa e a pessoa vem me fala, né? Então, foi um... foi muito... CLARISSE

Inteiro, o tempo inteiro assim do outro tipo, aí será que eu tô fazendo a escolha certa? Será que eu que eu devia largar isso aqui? Meus filhos tão crescendo, são pequenos, eu eu não vou mais ter a oportunidade desse momento com eles, eu sei que esses momentos são importantes, então, o tempo inteiro... NOEMIA

Assim, com as atividades do curso no modelo remoto, relatam que essa conciliação da maternidade com a Universidade acarretaram pontos positivos, pois passam mais tempo em contato com os filhos (o que isso não significa que passar mais tempo em casa seja tempo de qualidade com a família), pois de alguma forma estão continuando com as atividades da graduação e isso “não rouba o tempo com eles”. Por outro lado, por estarem mais tempo em casa, estão realizando diversas tarefas, ocasionando maior pressão em dar contas de todas elas. No caso da aluna gestante é positivo também não precisar de transporte público.

Ó, poxa, que bom que as aulas estão sendo online porque eu não preciso me deslocar daqui pra UFMA pra é assistir a aula que seria extremamente desgastante... porque eu dependo de ônibus e daqui pra UFMA são três ônibus, né? Da onde eu moro. Eu acho assim, muito difícil porque as pessoas nem levantam sequer pra dar uma cadeira pra uma gestante, acontece. ADRIANA

Nesse momento eu tô a mais tempo, eu tô há três, quatro períodos online né? Então por exemplo, mesmo com os meninos doentes ou eu fico ouvindo a aula, fico dando assistência pra eles, entendeu? Eu consigo fazer esse tipo de coisa que talvez no presencial eu não conseguisse, né?[...] às vezes eu tô assistindo aula, é online... eu boto no meu colo, principalmente a minha menorzinha, né? Que é pequenininha, então ela fica ali, ela dá tchau pras pessoas, ela sabe, é... pra que eles não achem que assim, que pelo menos eu tento, né? Que aquilo ali tá excluindo eles, né? Tá roubando o tempo deles, eu tento fazer com que eles, de alguma forma, participe também da formação, sabe?. NOEMIA

Então é... por exemplo, as aulas à tarde é... esse modelo remoto... É... eu consigo conciliar muito bem é...[...] E hoje tá mais tranquilo, né? Que o ensino remoto é... é... tá tranquilo porque a gente, ela voltou recentemente pro presencial, então, a gente sempre teve esse contato. GISELE

Eu sempre fui muito de aprender olhando o professor falando, interagindo, aquela coisa presencial, porém pra xxxx mãe, me deu a possibilidade de estar mais em casa e é uma coisa muito louca porque são dois lados, ao mesmo tempo, que eu poderia, eu pude estar mais com meus filhos e aí já me livrava um pouco daquela culpa de estar ausente, que eu sentia...É que uma vez, apontaram pra mim disseram “você é uma mãe ausente por isso e está acontecendo”... que foi uma das vezes que eu pensei em desistir do curso, né?. CLARISSE

A participante Fernanda, diante do seu contexto, ao ser perguntado se essa diversidade de papéis afeta sua vida, diz não saber como ficará sua situação no curso quando retornar para o presencial, tendo em vista no seu relato, o quão penoso tem sido essas conciliações: “*Olha, eu acho que sim, porque eu tô pensando até em trancar o curso. Ah... a partir do momento que voltar o presencial você tem que, eu não sei se, eu vou dar conta de fazer tudo, entendeu? Então afeta, que eu tenho com certeza*”.

Com o distanciamento social, ocasionado pelo *coronavírus*, entrelaçam ainda mais esses papéis, porquanto não há delimitação de tempo e espaço quanto às funções correspondentes. Por exemplo, na Universidade dedicavam-se aos estudos, porém estudar em casa, sem as crianças estarem indo à escola, há diversas interrupções e gerenciá-las se torna mais desafiador. Em consonância a isso, Aiello-Vaisberg; Gallo-Belluzzo e Visintin (2020) destacam a importância das repercussões psicológicas do confinamento doméstico na vida das mulheres-mães (quanto mais estudantes), pois durante 24 horas “[...] realizam tanto o trabalho produtivo, sob forma de *home office*, como o conjunto das atividades reprodutivas de alimentação, higiene corporal e repouso, que correm habitualmente sob responsabilidade da mulher-mãe” (AIELLO-VAISBERG; GALLO-BELLUZZO; VISINTIN; 2020, p. 6). Diante desses desafios, a rede de apoio é imprescindível para que essas mulheres-mães-universitárias consigam realizar, dentro do que é possível para cada uma, as tarefas pelas quais estão engajadas.

No questionário sociodemográfico, 4 das participantes dividem os cuidados com os filhos com o companheiro e outros familiares, como mãe e avós, e apenas 2 com babá. Uma das participantes também destaca como parte da sua rede de apoio os amigos do Curso que dão suporte nesse contexto. Logo, contar com a rede de apoio é caracterizado por elas como estratégia nessa conciliação da vida acadêmica e maternidade.

Minha estratégia é contar com minha rede de apoio. O meu esposo está sendo fundamental, assim como minha mãe... se eu não tivesse eles, eu não sei como eu conseguiria. Eu fico imaginando mães, inclusive, que não têm rede apoio... como é que elas conseguem lidar com tudo isso?. FERNANDA

Eu sacrifico muito meu marido, sabe? Eu vejo cansaço dele também, entendeu?.
NOEMIA

Muitas vezes e também o que o que contribuiu também foi é essa rede de apoio que, entre aspas, que eu tive no curso, ou seja, amigos, né? [...] Ah, e quantas e quantas vezes teve trabalho que eu não consegui participar em grupo ativamente, eles foram lá e tamparam o meu buraco. CLARISSE

Então assim, se eu não tivesse a minha mãe e meu pai aqui eu não sei como seria porque como eu te falei, né? Meu noivo é o dia todo fora. Ele precisa trabalhar, ele precisa também concluir o curso dele. É algo que me incomoda porque eu não tenho esse apoio tão próximo dele nesse sentido, mas ele me dá muito apoio de outras formas, mesmo a distância, né?. ADRIANA

Uma importante ressalva feita por uma das participantes, em relação à rede de apoio, é que isso não impede que a mesma tenha sensação de desamparo, em que continua se sentindo sozinha, ainda que tenha todas essas pessoas provendo cuidado. Segundo ela, essa rede de apoio acaba sendo para a criança, não diretamente a ela, mesmo que lhe traga benefícios indiretos, percebe que todo cuidado é direcionado ao filho. Isso leva a uma importante reflexão a cerca dessa “rede de apoio”, no sentido que reforça o papel da mulher-mãe enquanto cuidadora principal e os demais sujeitos como auxiliares, ou seja, não há corresponsabilidades pelas crianças e atividades reprodutivas.

Apesar de não estar sozinha, eu me sinto muito sozinha. [...] Porque esse suporte, ele tá sendo pra xxxx, se tu pensar bem a gente tá falando de xxxx, xxxx xxx, xxxxx. E realmente, né? A gente fala até que quando... muitas pessoas tem me falado isso, quando eles vêm me visitar eles falam assim: “cadê xxxx?” ninguém pergunta assim “como você está, xxxxx?”. Essa rede de apoio, como eu tô te falando, ela é no sentido da maternidade que envolve a criança, mas também me envolve, só que eu fico de fora, sabe?. ADRIANA

Além da rede de apoio, outras estratégias relevantes nesse percurso de conciliação, foram elaborados por elas como realizar matrícula em disciplinas menos densas, em que os professores são menos exigentes, estabelecer relação com professores que têm maior abertura/sensibilidade em relação às causas maternas-acadêmicas, cuidar da saúde emocional sempre que possível e constante autoanálise de quando precisar parar, mudar de comportamentos para não ser causado mais prejuízos. Por exemplo, enfaticamente, umas das participantes disse abrir mão das variadas possibilidades que a Universidade apresenta, extensão, pesquisa, grupos de estudos, pois não estava dando conta de tantas demandas ao mesmo tempo.

Unanimemente, as participantes têm os maridos e companheiros como parte dessa rede de apoio, porém, traçam a diferença entre o papel da maternidade exercido por elas e a paternidade por eles. Ainda que participem ativamente da paternidade é visível a sobrecarga

que continua recaindo sobre elas, como afirma Clarisse: “[...] porque mesmo que você tenha um companheiro que divida tudo que for possível, né? Mas o peso sempre recai para a mãe, né?”. Noemia complementa sobre essa diferença da maternidade com a paternidade ao se referir sobre “coisas que são de mãe”: “[...] meu marido só não só não carregou no ventre e não deu de mamar, todo o resto ele fez, sabe? Tudo, trocar fralda, tudo tudo.... mas, ainda assim tem essas demandas que são muito próprias, né?”. Gisele amplia esses aspectos a partir da questão de haver necessidade de ambos agirem em complementaridade.

Então, você vai ver que tem um papel do pai que é importantíssimo, mas tem o papel da mãe também que tem que tá ali firme, ela não pode um tirar autoridade do outro, então, vocês tem que tá ali alinhados, porque se não tiver alinhados o negócio bagunça. Completamente. GISELE

Uma mudança positiva em relação concepção de paternidade na contemporaneidade, embora não seja de modo geral, é a maior participação de homens nos cuidados do lar e dos filhos (antes restrito somente às mulheres e eles enquanto provedores financeiros), pois passam a compartilhar sua vida com uma mulher que busca por seus anseios para além da maternidade. César, Loures e Andrade (2019) pontuam da necessidade de homens participarem dessas desconstruções e que, assim, assumam seus papéis paterno e contribuam com a luta das mulheres na quebra de paradigmas que as tornam sujeitas aos ideais socioculturais.

No que diz respeito ao fator financeiro, 2 participantes comentaram que, apesar de não participarem de Programas Sociais, como Bolsa-Família (agora Auxílio Brasil), falaram da importância dos auxílios que recebem na Universidade, servindo como suporte para continuarem nesse processo de profissionalização em consonância com a maternidade. Os auxílios citados por elas foram Bolsa Permanência UFMA; Bolsa Foco Acadêmico e Auxílio Creche, os quais têm valor de 400,00 reais mensal e esse último 200,00.

E aí, ajudava...e aí, somei com foco acadêmico, né? Extensão, essas coisas... e aí, era quatrocentos com seiscentos, era justamente o valor que eu pagava a moça. Então, o dinheiro da minha bolsa eu não usava pra passagem, nem pra nada, nem pra combustível, né?[..] eu usava pra pagar a pessoa que ficava com meus filhos, então, eu tive que recorrer a isso por um bom tempo, foi o que me ajudou em espécie de investimento pra eu poder é... quase que uma bolsa permanência virou, quase que uma bolsa permanência, né? Pra eu continuar no curso eu eu juntei dois, dois benefícios, dois auxílios e paguei a pessoa que ficava com meus filhos. CLARISSE

Já aconteceu muito comigo, de eu ficar sem assistir aula, online, principalmente no primeiro trimestre, né, que eu tava ainda em processo de de adaptação com a empresa, né, fiquei um tempo sem receber e tudo mais e também fiquei sem a bolsa e aí eu não tinha pago a internet e cortaram a internet, aí passou uns quinze dias sem internet depois que eu fui consegui né? Reverter a situação. ADRIANA

Por fim, outra implicação trazida pelas participantes advindas do papel de ser mãe foi a afetivo-sexual, em virtude de as relações terem sofrido mudanças durante a gestação e após o nascimento do filho.

Bom, a gente não falou sobre a questão sexual, mas se eu te dizer que ela é muito difícil porque a demanda é muito grande, né? (risos). E como tu falaste, um cansaço emocional e um cansaço físico também, o corpo tem hora que num aguenta, sabe? Tá no limite assim do cansaço mesmo, né? E tudo isso fica prejudicado, né? NOEMIA

Eu tenho até percebido que eu não tenho dado a devida atenção assim pro pro meu noivo agora, por exemplo, porque eu tô o tempo todo ocupada com as questões da UFMA, porque eu tô escrevendo a monografia, assistindo aula, tô fazendo várias coisas ao mesmo tempo né? [...] tem as questões sexuais, às vezes a própria forma que o teu companheiro te nota ou te olha, né? Porque tu tá gestante é é diferente, né? ADRIANA

Torna-se percebido que as pessoas que fazem parte do ciclo familiar e social, especialmente os companheiros, são afetados por esses contextos da maternidade e graduação. Assim, ajuda e compreensão mútua são imprescindíveis para que essa trajetória seja mais leve, para ambos, apontam as participantes.

4.5 Amparo legal da maternidade na Universidade

Considerando que, majoritariamente, o público do curso de Psicologia da UFMA é composto por mulheres (correspondendo a um pouco mais de 75% dos alunos no momento desta pesquisa), deveriam ser considerados as especificidades de público em suas demandas, pois seria ilógico um curso composto em sua maioria por mulheres e não fosse dada devida atenção para aspectos que reverberam em suas condições de vida, incluindo o ingresso e permanência na Universidade.

Dessa maneira, como última categoria, essa diz respeito às propostas pensadas pelas participantes sobre medidas legais que amparasse mulheres-mães na graduação, tendo em vista que são poucas medidas existente, especificamente na UFMA, e não suprem minimamente as necessidades advindas dos impactos psicossociais, aspectos já discutidos nos capítulos anteriores. Dessa forma, todas as propostas trazidas são elaboradas a partir de suas vivências concretas.

Importante ressaltar que, embora sejam mulheres-mães-universitárias com realidades diferentes, perspectivas de vida, contexto familiar e socioeconômico divergentes, apresentaram medidas comuns, o que pressupõe recorte desses papéis que se atravessam nos diferentes sujeitos e contextos. Uma primeira medida proposta é a construção de legislação específica para

a maternidade no contexto acadêmico, em razão de que existe apenas uma sobre licença maternidade, não abrangendo os demais aspectos que estão imbricados nesse fenômeno.

A participante Fernanda, ao ficar grávida durante a realização do curso, buscou amparo em Leis que explicitassem seus direitos e deveres, porém não as encontrou e se sentiu desamparada em como lidar com essa situação, de forma que estivesse em conformidade legal pelas garantias de seus direitos, enquanto mãe e universitária.

Quando eu tive neném, eu não sabia onde procurar ajuda, quais os meus direitos, quais os meus deveres. Existe uma Lei que ampara a mãe universitária, mas ela é muito vaga... tem coisa que o próprio professor é que decide. Então, tem professores que não entendem o momento da mãe... então, se houver esse, uma norma específica que o professor tivesse obrigação de seguir... ajudaria muito! FERNANDA

Ademais, acrescenta que essa norma deveria focar mães-universitárias que tivessem filhos na primeira infância (até 5-6 anos), pois é a fase de desenvolvimento que a criança precisa de maiores cuidados e momento primeiros de construção do vínculo materno com o filho, principalmente pela amamentação. Essa compreensão foi ressaltada por outras participantes também.

[...] vamos dizer, mães de crianças de até cinco anos, né? Ali naquela idade principal, né? [...] esses primeiros anos são fundamentais, a presença da mãe ali, né? Do pai e da mãe... eu digo que, Karlesandra, porque assim a questão da amamentação também, né?. NOEMIA

Criança muito pequena que precisa de um cuidado mais... Muito pequena... até quatro anos a criança parece, do nada, criança aparece com problema, com uma dificuldade, precisa ir ao médico. Justamente de de de cuidado dessas crianças no momento que as mães estão é... é... assistindo aula, né? GISELE

Tal compreensão foi validada por uma das participantes, com a filha de 11 anos, dizer que não teve impactos significativos, pois sua filha estava numa faixa etária que conseguia ser mais independente em suas atividades. “[...] Essa questão do fato de ser mãe, eu acho que por conta ela já tá mais grandinha, eu não eu não tive tanta dificuldade em relação a ser mãe e estar, voltar pra faculdade não, não tive essa dificuldade não”.

Uma medida recorrente nas falas é a respeito da flexibilização de prazos e abonos de faltas, uma vez que se sentem incompreendidas quando apresentam justificativas em relação às situações com seus filhos. Essa flexibilização ocorreria desde que houvesse justificativa, claro, para esses fins, considerando as regras/normas já existentes no curso. Dessa forma, as participantes ressaltam que não querem tirar vantagem sobre os outros alunos do curso, mas que se trata de uma necessidade de proporcionar recursos para que essas mulheres-mães-universitárias persistam em sua profissionalização.

Para que fossem possíveis essas medidas de flexibilidade, Adriana entende que precisa haver maior proximidade entre a coordenação do curso e as estudantes nessa situação. Essa proposta, na verdade, seria um espaço de acolhimento e escuta, onde essas mães-universitárias pudessem falar de suas situações específicas, diante de uma possibilidade de reprovação, trancamento ou desistência do curso. Outra participante, em consonância com a sensação de não-acolhimento no curso, diz ser contraditório estar em um curso de psicologia, onde se fala tanto de acolhimento e empatia, e a realidade não é conforme essas expectativas.

O ideal seria um curso que incentivasse... essa mãe a continuar. Ela não precisa parar a vida dela porque ela teve um neném... ela tem condições de continuar, ela só precisa de um pouco mais de flexibilidade e de um olhar um pouco mais acolhedor pelas pessoas". FERNANDA

[...] ela disse que ela não tinha condição de conciliar, né? E é como tu diz é... é... se tivesse medidas que realmente acolhesse essa mãe, né? Seria um, seria maravilhoso porque ela não precisaria deixar o curso, né? (GISELE- ao contar uma situação de uma colega da turma)

Nessas regras, nessa nesses contextos de saber, esse diálogo mais próximo mesmo, tipo assim, do departamento conseguir chegar com o professor ou essa professora, "olha, essa aluna ela tá com muitas faltas, ela chegou no limite ali de faltas, né? Mas ela apresentou declarações, ela tá passando por isso, ela tá gestante, tá tá tá tá... O que que a gente pode fazer pra que essa aluna não se perca? Ela não fique reprovada, né? ADRIANA

Outra medida que ganhou destaque nas entrevistas é a respeito da necessidade de uma creche dentro do Campus da UFMA, medida esta que já é vista em outras Universidades do país a fim de oferecer assistência aos alunos e servidores, como na Universidade Federal do Espírito Santo- UFES. Além de ser uma oportunidade de estarem mais próximas dos filhos, ao estarem em sala de aula, também poderia servir como campo de atuação profissional para estudantes de diversas áreas, assim como ocorre na UFES.

Corroborando com essa ideia, as participantes falam do desejo de funcionar como local de atendimento multiprofissional, com serviços psicológicos, nutricional, médico, fisioterapêutico, etc. Pois a Universidade tem uma variedade de cursos que poderiam contribuir para a assistência de mães-universitária, assim como de seus filhos e comunidade em geral. Além de não precisarem recorrer aos serviços no SUS, pois precisam aguardar numa fila de espera, até mesmo para atendimentos básicos, os quais poderiam ser realizados dentro da Universidade. Ou seja, uma única medida que proporciona ganhos para a comunidade acadêmica e para a comunidade em geral.

[...] às vezes a criança é muito pequena, então você pode ir lá o tempo inteiro, dar uma olhadinha, sabe? Tá ali próximo, eu acho que esse espaço sabe?. NOEMIA

Eu acho que a principal é essa, de ter é... serviços dentro da própria universidade que enxerguem mais nós mães, né? Tem atendimento médico, mesmo dentro da própria universidade, multiprofissional porque a, por exemplo, a gente tá numa universidade que tem curso de medicina, odontologia, farmácia, é pedagogia, psicologia, sabe? Então, tem, dá pra pra ter um atendimento aí tão bacana com com nossos filhos, sem a gente precisar tá recorrendo a outros lugares que, por exemplo, uma mãe que depende total... [...] ela tem que tá é correndo pra lá e pra cá no SUS e coisa no SUS demora demais... e ela poderia tá tendo esses serviços dentro da universidade pro filho dela. CLARISSE

Uma equipe multiprofissional. Acho que seria muito muito viável assim é ter esse espaço pra essas mães faria toda e total diferença, principalmente psicológico, né?. ADRIANA

Porque qual é a grande preocupação das mães? Deixar o filho em casa, às vezes, não tem com quem deixar, né?. GISELE

Segundo o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, que se efetiva por meio de “ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior” (PNAES, 2010), inclui as creches como um dos seus compromissos. Dessa forma, se o intuito da PNAES é “ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal”, não tem fornecido condições para que mulheres-mães-universitárias ingressem e se mantenham na Universidade.

Ainda que a UFMA tenha Auxílio Creche (no valor de 200,00), as participantes consideram apenas uma ajuda irrisória, considerando o valor médio de creches na cidade que, a depender da estrutura, não é menos que 500,00. Dessa forma, relataram juntar dois auxílios para pagar alguém que ficasse com os filhos nos momentos em que estavam na Universidade. Logo, esse auxílio não é efetivo para o que se propõe. Isso significa a necessidade de ações integradas de outras políticas, contribuindo para a profissionalização dessas estudantes mulheres-mães.

Diante do contexto pandêmico, com as atividades do curso no modelo remoto, uma sugestão de medida surgiu a partir dessa experiência de ensino híbrido, para a redução da carga horária para mulheres-mães com filhos na primeira infância. Essa medida visa facilitar a conciliação entre a maternagem e a vida acadêmica nesses primeiros anos de vida da criança, sem que a mulher-mãe precisasse tomar decisões como trancar o curso. “Assim mães de filhos até cinco anos, sei lá, pudessem ter metade da carga horária, como a gente tem uma disciplina de sessenta, trinta, ela teria direito... a ter trinta horas de teoria, entendeu? Em contrapartida dessas trinta horas, ao invés de você vir presencial, você entregaria trabalhos, outras coisas porque é mais fácil conciliar, sabe?” NOEMIA.

Por fim, não menos importante, foi ressaltado auxílio financeiro para mulheres-mães-universitárias nas despesas pessoais, como passagens, materiais acadêmicos, além de contribuir na renda para, por exemplo, pagar uma creche ou babá, uma vez que estando na condição de mãe e universitária, em um curso integral, não tem condições de adicionar mais uma jornada de trabalho. Embora na UFMA tenha Programas, Bolsas e Auxílios, as participantes dizem que não têm sido voltados para as necessidades de mulheres-mães-universitárias, apenas o Auxílio Creche como discutido anteriormente.

Esse auxílio não pode deixar de ter porque mesmo que essa mãe não tenha creche, tenha tudo, mas a gente sabe que às vezes aluno que mora na zona rural...mas aí, ela tem como é passar esse auxílio, por exemplo, pruma mãe, né? Pra avó que tá lá com a criança ou pruma tia ou pruma prima. “Olha, não tenho como te pagar um valor alto, mas eu tenho como te dar uma ajuda porque tu tá me ajudando, então, eu te dou uma ajuda”... que é mais ou menos isso que eu fazia também, né? Com a minha mãe. CLARISSE

Auxílio financeiro pras mães, assim, acho que seria algo muito importante, importantíssimo assim. Tem o auxílio, tem vários auxílios, na verdade, tem o auxílio da bolsa permanência e tudo mais que pode que são direcionados pra os jovens da universidade que vivenciam em situação de vulnerabilidade, fato. Mas tu já vive em situação de vulnerabilidade, aí tu daí é mãe, tu vulnerabilidade fica triplicada, (risos), né? ADRIANA

Entendendo que são muitas demandas, não apenas de mães-universitárias, mas de um universo de alunos que buscam ingressar no Ensino Superior pelo desejo de uma carreira, o que demarca a fragilidade de Políticas Públicas Educacionais que amparem todos os alunos. Realidade impossível? Utopia? Democratizar a educação é uma luta constante que não se esgota enquanto houver quem busque por ela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as implicações psicossociais na vida de estudantes que vivenciam a maternidade no curso de graduação em Psicologia da UFMA, sendo analisado a partir do próprio discurso daquelas que experienciam esse contexto. Alcançando o que foi proposto, neste trabalho foram evidenciadas as diversas implicações psicossociais que podem atravessar a vivência simultânea dos papéis de ser mulher, mãe e universitária. Tais implicações psicossociais, como apresentadas nas discussões teóricas, podem variar de acordo com o recorte socioeconômico, cultural, religioso, moral das mulheres-mães que vivenciam a maternidade durante a graduação.

Entretanto, compreendendo que há correspondência entre as concepções construídas socioculturalmente entre o “ser mulher” e o “ser mãe”, reverberam em implicações psicossociais comuns para as que buscam conciliar todos essas funções, como aquelas analisadas nesta pesquisa, foram encontrados: implicações da romantização e idealização da maternidade; implicações psicológicas e físicas; implicações acadêmicas; implicações afetivo-sexual e familiar, assim como social; implicações financeiras, etc.

Embora essas mulheres-mães-universitárias apresentaram essas questões comuns, não podemos considerá-las como uma “massa homogênea”, pois estaríamos mais uma vez submetendo-as a uma descaracterização de suas vivências e modos de viver singulares. Essa foi uma problemática levantada por Bonfim e Schecter (2021), no sentido de que “Se, por um lado, a representação [feminina] serve como uma ferramenta política para legitimar lutas e dar voz às que são oprimidas, discriminadas e subjugadas, por outro, exerce uma função normativa de unificar mulheres em categorias e tornar homogêneo sujeitos singulares” (BONFIM; SCHECHTER, 2021, p. 7).

O que se buscou, por meio dessa investigação, é a garantia que seja dada a visibilidade a essas estudantes mulheres-mães do curso de Psicologia da UFMA e de todas as outras que ocupem esse lugar. Que suas questões sejam legitimadas e atendidas, visando emancipação e transformação social e política. Pois, o que pode ser observado ao longo desta pesquisa, é que essas mulheres-mães-universitárias se tornam invisíveis no ambiente acadêmico, onde são delegadas, exclusivamente, as responsabilidades desses papéis a elas, em conformidade com o ditado popular “quem pariu Mateus que o embale”, no sentido que cabe a essas mulheres-mães estudantes acatar com as consequências de suas escolhas, tornando-se em sacrifícios.

A própria Constituição Federal (1988) desconstrói esse ditado e seu significado ao pontuar, no Art. 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação”. (BRASIL, 1998, p. 123). Nada mais claro que a nossa Constituição Cidadã para confirmar que, apesar da escolha de ser mãe ou não, o Estado é responsável em prover condições para que tenham acesso à educação, primordialmente pública e de qualidade, assim como a família e toda sociedade devem contribuir para isso. De acordo com essa afirmação, as pautas da Universidade devem incluir discussões em torno das demandas de mulheres-mães-universitárias, não apenas na gestão, mas com os professores e o corpo discente para que haja essa conscientização e clareza de tal problemática, possibilitando organização de estratégias e recursos para que sejam efetivamente acolhidas e amparadas legalmente.

Nesse sentido, este trabalho possui caráter de interesse pessoal da pesquisadora pela temática, assim como apresenta relevância social, educacional e cultural. A respeito do interesse pessoal, como mulher cristã, universitária com desejos de crescimento profissional, mas, também pelo desejo da maternidade, este trabalho possibilitou que entrasse em contato com outros vieses das categorias apresentadas, ampliando o olhar acerca do feminino, maternidade e mundo acadêmico. Para tanto, mais ainda com o desejo de postergar a maternidade para dar lugar ao seu espaço profissional, agora mais encerrando esta etapa da graduação. Por outro lado, ampliando o desejo de continuar a pesquisar sobre a maternidade e seus impactos psicossociais futuramente no mestrado.

Sobre a relevância educacional, fica compreendido que é necessário um olhar acurado para os impactos produzidos, tais quais demonstrados nesta pesquisa, e como podem trazer prejuízo para aquela que vivencia quanto para seu/s filho/s, suas relações familiares, sociais e profissionais. A própria Universidade sofre as consequências, mesmo que indiretamente, em relação às evasões e, muito mais, pela formação fragmentada que acaba oferecendo a essas mães-universitárias, visto que há uma carga excessiva e não conseguem desempenho necessário, “empurrando com a barriga” a profissionalização, sem a qualidade adequada. Ou seja, como a Universidade está devolvendo à comunidade essas profissionais.

Ainda em relação ao contexto acadêmico, é importante que haja espaços para que estudantes do Curso de Psicologia falem sobre suas experiências enquanto mulheres-mães que vivenciam a graduação na UFMA, ainda mais num curso que se configura predominantemente por mulheres. Dando visibilidade às suas demandas, assim como possibilitar momentos em que

seja possível construir coletivamente estratégias de enfrentamento sobre as implicações. Aliás, a partir desta pesquisa, pautada no conhecimento científico teórico-metodológico, espera-se que seja estimulado a continuação da produção de conhecimentos nesta temática no meio acadêmico.

Ingressar em um curso do Ensino Superior diz respeito a ingressar num outro universo, permeado de possibilidades e desafios. É estar implicado com o processo de formação profissional, abrindo espaço para experiências que requerem um doar-se de si, uma inteireza dos estudantes que buscam conhecimento, crescimento pessoal e profissional para que seja possível mudanças socioeconômicas e políticas por meio da educação. Projetos de Extensão, Projetos de Pesquisas, Grupos de Estudos, Liga Acadêmicas, Ensino... o questionamento que fica, dentro do recorte que foi realizado neste trabalho, é se a Universidade tem proporcionado, assim, condições de ingresso e permanência para que seja possível a participação efetiva de mulheres-mães-universitárias nesses lugares. Contribuindo nesse sentido, Gomes (2019) diz que apenas abrir as portas da educação superior para as mulheres, sem a preocupação sobre as condições de permanência, não é o bastante para assegurar igualdade de oportunidades para a carreira daquelas mulheres que se tornam mães. Essa é a principal pauta desta pesquisa.

No que diz respeito aos resultados social e cultural, a pesquisa possibilita compreensão e desnaturalização das implicações psicossociais, facilitando a tomada de consciência pela sociedade para que haja maior engajamento na luta pelos seus direitos, nesse caso, especialmente do público feminino, mas que não exclui o comprometimento social como todo, desempenhando importante papel na representatividade popular.

Por fim, diante de tudo que já foi discutido, uma das relevantes contribuições é que continue sendo ampliado as pautas sobre as demandas de mulheres-mães nos cursos de graduação, na UFMA e em outras Universidades brasileiras, possibilitando a efetivação de Políticas Públicas e Educacionais que reconheçam as implicações frente ao crescente número de mulheres que têm ingressado no Ensino Superior em busca de crescimento profissional e de um lugar social, reconhecidas para além da maternidade.

Finalizo essa escrita com a sensação de que a pesquisa ainda não acabou, pois as reverberações dela perdurarão. Porém, finalizo o ciclo da minha responsabilidade para com ela, simbolizando o encerramento, não da busca por conhecimento, mas desta graduação.

REFERÊNCIAS

- AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José; GALLO-BELLUZO, Sueli Regina; VISINTIN, Carlos Del Negro. **Maternidade e Sofrimento Social em Tempos de Covid 19**: Estudo de Mommy Blogs. Scielo preprints, no prelo. doi: 10.1590/SciELOPreprints.356.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção Primeiros Passos.
- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES** – 2018. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/>. Acesso em: Mar de 2021.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELO, Raquel Pereira; CAMINO, Leoncio. Trabalho e gênero: elaborações discursivas sobre os papéis profissionais. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 271-286, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172012000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2021.
- BERNARDI, Denise; FERES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHAES, Andrea Seixas. Entre o desejo e a decisão: a escolha por ter filhos na atualidade. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 161-173, ago. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822018000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2018.112.02>.
- BONFIM, Flavia; SCHECHTER, Rosa. Crítica à categoria universal de "mulher": por uma articulação entre feminismo e Psicanálise. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 3, p. 1-16, dez. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 jan. 2022.
- BRANDÃO, C. R. A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços da América Latina. In: Brandão, C. R.; Streck, D. R. (Org.). **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. p. 21-54.
- BRANDÃO, C. R. Pesquisar-participar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.7-14.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>
- BRASIL. **Decreto nº.7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em 30 de março, 2021.

BRASIL. **Lei nº.6.202, de 17 de abril de 1975.** Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares: instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6202.htm>. Acesso em: 30 março, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm.

CARVALHO, Nathalia Lionel de; OLIVEIRA, Vitor Hugo de. Mito do amor materno e a construção da subjetividade feminina. Rev. **Psicologia - Saberes & Práticas**, n.1, v.1, 46-53, 2017. Disponível em: <<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/psicologiasaberes&praticas/sumario/60/12122017145128.pdf>>.

CÉSAR, R.C.B; LOURDES, A.F.; ANDRADE, B.B.S. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico**, 10 (2): p. 68-75, 2019. Acesso em: Mar de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Jornal do Federal**. ano XXIII, n. 104, jan./ago. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA- CFP. LHULLIER, L. A. (org.) **Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília; 2013. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2014/01/Publica%C3%A7%C3%A3o_Mulher_FINAL_WEB.pdf. Acesso em: 13 Abr, 2021.

CORREIA, Maria de Jesus. Sobre a maternidade. **Análise Psicológica**, v. 3(XVI), 1998, p. 365-371. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v16n3/v16n3a02.pdf>>. Acesso em 31 dez 2021.

FONSECA, Marina Nogueira de Assis et al . Ambivalências do ser mãe: um estudo de caso em psicologia hospitalar. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina , v. 9, n. 2, p. 141-155, 2018 . Disponível em<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 mar. 2021.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35(4), 1995, p. 20-29.

GOES, Emanuelle. **Interseccionalidade no Brasil, revisitando as que vieram antes**. Blogueiras Negras, October 8, 2019.[publicação no blog]. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/interseccionalidade-no-brasil-revisitando-as-que-vieram-antes/>

GURGEL, Telma.. **Feminismo e lutas de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. In: Anais Eletrônicos do Fazendo Gênero IX:

Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf. Acesso: Fev de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). **Censo**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 12 Fev 2021.

IRURITA-BALLESTEROS, Carolina et al . Saúde mental e apoio social materno: influências no desenvolvimento do bebê nos dois primeiros anos. **Contextos Clínic**, São Leopoldo , v. 12, n. 2, p. 451-475, ago. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822019000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.122.04>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero. Uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. **Estudos & Pesquisas**, 33, Rio Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior**. 2019. [recurso eletrônico]. – Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf>

HAUCH, Eduarda. **Mulher-Maravilha**: Uma jornada por suas re(a)presentações. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182676/Mulher%20Maravilha%20Uma%20jornada%20por%20suas%20re%28a%29presenta%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 30 de dez. 2021.

HENRIQUES, Mariana Nogueira; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. Identidade e Gênero: representações femininas nos programas televisivos Bah! **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 58-71, set. 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 37, n. 132, p. 595-609, Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Apr. 2021.

JESUS, Carla Mariana Sousa de; JUCA, Vlândia Jamile dos Santos; BARBOSA, Adilane dos Santos. Maternidade, sofrimento psíquico e redes sociais. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, dez. 2014 . Acesso em: Mar. de 2021.

LEMONS, Renata Feldman Scheinkman; KIND, Luciana. Mulheres e maternidade: faces possíveis. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 3, p. 840-859, dez. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08 mar. 2021.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos e CALEIRO, Regina Célia Lima. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde em Debate** [online].

v. 43, n. 123 [Acessado 9 Janeiro 2022] , pp. 1120-1131. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912311>>.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTALI, L. **Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 223- 245, jul./dez. 2006.

MOSCHKOVICH, M; ALMEIDA, A. M. F. Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 749-789, 2015.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 51-66.

PREBILL, Gabriela Maria; CORRÊA, Adriana Katia. O trabalhador estudante em um curso de bacharelado e licenciatura em enfermagem: trajetórias e desafios. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 21, n. 68, fev. 2021. ISSN 1981-416X. Disponível em:
<<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/26567>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RESENDE, D. K. Maternidade: uma construção histórica e social. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Editora PUC Minas, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 175 – 191, jul/dez 2017. ISSN 2448-0738. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15251/11732>. Acesso em: Mar 2021.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex aequo**, Lisboa , n. 33, p. 149-161, jun. 2016 .

SAALFELD, Thaís. **Maternidade e vida acadêmica: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande- FURG**. Dissertação (mestrado): Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde; 2019.

SALAZAR, Violeta Sarai Salazar; WIGGERS, Raquel. “Mães, falemos de maternidade”. Estudo antropológico da maternidade.1 RBA. **Reunião Brasileira de Antropologia**. (Congresso), 2018.

SILVA, M. A., PEREIRA, M. M. O., ANTUNES, L. G. R., SILVA, F. D.; CASTELARI, Cristina Ferreira M. Conciliando maternidade e carreira profissional:: percepções de professoras do Ensino Superior . **Revista Vianna Sapiens**, 10(2), 27, 2019.
<https://doi.org/10.31994/rvs.v10i2.586>

SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo. Tensionamentos maternos na contemporaneidade: articulações com o cenário brasileiro», **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 123, 2020. Disponível em:: <http://journals.openedition.org/rccs/10972>; DOI:
<https://doi.org/10.4000/rccs.10972>. Acesso em: 31 dez de 2021.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2003, v. 15, n. 2 [Acessado 4 Janeiro 2022]

, pp. 18-42. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>>. Epub 04 Mar 2004. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>.

STEEN, Mary; FRANCISCO, Adriana Amorim. Bem-estar e saúde mental materna. **Acta Paulista de Enfermagem** [online], v. 32, n. 4, p. 3-6, 2019. Acessado 10 Janeiro 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0194201900049>>.

TAUIL, Tatiana Ioussef. **Políticas públicas para mães universitárias: um estudo bibliográfico**. 2019. 36 f. Monografia (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1. Ed. 2018. Ebook não paginado. *Revista Feminismos*, 6. Resenha de: MENUCCI, Júlia Monfardini. **Revista Feminismos**. v.6, n. 3. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão**. São Luís: UFMA, 2014.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**[online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 146-168. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

VIANA, R. B.; PAULA, H. C. DE; VALENTE, G. S. C.; COROPES, V. B. A. DOS S.; PAULA, C. L. DE. Dilemas da maternidade das mulheres contemporâneas: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 85, n. 23, 8 abr. 2019.

VIEIRA, Emanuel Meireles; FREIRE, José Célio. Alteridade e Psicologia Humanista: uma leitura ética da abordagem centrada na pessoa. **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online], v. 23, n. 4 [Acessado 9 Janeiro 2022] , pp. 425-432, 2006.. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2006000400010>>.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 13, n. 3, p. 585-589, Dec. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Feb. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Formulário On-line de Participação Voluntária

Seção I

PROJETO GRUPO FOCAL “MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA”

Pesquisa realizada pela discente do curso de graduação em Psicologia da UFMA, Karlesandra Ferreira da Cruz, sob a orientação da Profa. Dra. Cláudia Aline Soares Monteiro (DEPSI), com a finalidade de Trabalho de Conclusão de Curso com o tema "VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFMA: suas implicações psicossociais na vida de mulheres-mães”.

O objetivo da pesquisa é compreender as implicações psicossociais das vivências de estudantes mulheres-mães no curso de graduação em Psicologia da UFMA.

- CONCORDO
- NÃO CONCORDO

O grupo focal terá 4 encontros de pelo menos 1 hora e 30 minutos cada, ao que será combinado dia e horário comum.

- CONCORDO
- NÃO CONCORDO

Os encontros do grupo focal serão realizados on-line via Google Meet.

- CONCORDO
- NÃO CONCORDO

A participação é voluntária e não remunerada, o que significa que não implica em ganhos financeiros ou de natureza semelhante.

- CONCORDO
- NÃO CONCORDO

Serão mantidos em sigilo seus dados e não terá a identidade divulgada, mantendo os princípios éticos de privacidade e confidencialidade, sob responsabilidade da pesquisadora.

- CONCORDO
- NÃO CONCORDO

Os possíveis prejuízos que podem, eventualmente, ser provocados pela participação na pesquisa são de ordem emocional, mobilizando aspectos das vivências que poderão gerar desconforto, angústia e/ou outros afetos.

- CONCORDO
- NÃO CONCORDO

Caso decida não participar, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considerar necessário, em qualquer etapa da pesquisa.

- CONCORDO
- NÃO CONCORDO

Se deseja confirmar sua participação na pesquisa, clique na opção “Li e estou de acordo em participar voluntariamente”. Caso não concorde em prosseguir, apenas feche a página no seu navegador.

- CONCORDO
- NÃO CONCORDO

Seção II

“MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA”

Nesta seção, você responderá informações básicas para concluir sua inscrição no Grupo Focal "Mulher, Mãe e Universitária".

1. Nome completo:
2. E-mail:
3. Número para contato (whatsapp):
4. Idade:
5. Quantidade de filhos (as):
6. Faixa etária do(s/a/as) filho(s/a/as):

7. É responsável pelo cuidado direto do(s/a/as) filho(s/a/as), ainda que tenha ajuda de terceiros?
8. Número de matrícula:
9. Dispõe de aparelho tecnológico (celular, notebook ou outro aparelho) que tenha acesso à internet, câmera e microfone?
 - Sim, tenho acesso
 - Não tenho acesso
10. Alguma dúvida? Comentário?

Apêndice B- Questionário On-line Sociodemográfico

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO “MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA”

Olá! Como você já respondeu ao questionário anterior de inscrição, neste aqui, irá completar algumas outras informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a sua contribuição!

Qualquer dúvida, estarei à disposição.

Estado civil:

- Solteira
- Casada
- União estável
- Viúva
- Outro

Em qual período do curso está atualmente? Se estiver em condição fatorial, marque o período que mais se aproxima de seu percurso no curso.

- 1°
- 2°
- 3°
- 4°
- 5°
- 6°
- 7°
- 8°
- 9°
- 10°

Você ficou gestante durante o curso?

- Sim
- Não

3.1 Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, em qual período?

4. A maternidade foi planejada?

5. Número de filhos(as):

6. Idade do filho(s/a/as):

7. Exerce atividade remunerada?

- Sim
- Não

8. Com quais pessoas reside?

9. Divide o cuidado do(s) filho(s/a/s) com outra pessoa?

- Sim
- Não

9.1 Se a pergunta anterior for sim, com quem?

10. Participa de algum Programa de Benefícios Sociais? Por exemplo, Bolsa Família, Auxílio Creche.

- Sim
- Não

10.1 Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, qual/is Programa/s de Benefícios Sociais?

Apêndice C- Entrevista Estruturada Individual

1. Qual a sua concepção sobre ser mulher?
2. Qual a sua concepção sobre maternidade e ser mãe?
3. Como está sendo sua formação no curso de Psicologia na UFMA?
4. Quais desafios encontra na graduação sendo mãe?
5. Alguma vez precisou recorrer ao auxílio da Universidade, por meio da coordenação do curso e/ou docentes, por questões referentes à maternidade?
6. A busca pela conciliação da maternidade com a graduação afeta sua vida?
7. Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, de que forma e em quais áreas?
8. Quais têm sido suas estratégias para lidar com essas demandas (maternidade e formação)?
9. Se você pudesse propor medidas de amparo legal para mães que estão nos cursos de graduação, quais seriam?

Apêndice D- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “**VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFMA**: suas implicações psicossociais na vida de mulheres-mães”, no qual será desenvolvida pela pesquisadora, discente do curso de graduação em Psicologia da UFMA, Karlesandra Ferreira da Cruz, sob a orientação da Profa. Dra. Cláudia Aline Soares Monteiro (DEPSI).

O objetivo da pesquisa é compreender as implicações psicossociais das vivências de estudantes mulheres-mães no curso de graduação em Psicologia da UFMA, tendo em vista que o quantitativo de mulheres no curso corresponde a mais de 75% dos alunos com matrícula ativa. Logo, esse número sinaliza que possam existir estudantes conciliando a maternidade com a graduação.

Os critérios de participação nessa pesquisa são: 1- estar com matrícula ativa cursando a partir do 1º semestre do curso de graduação em Psicologia na UFMA; 2- vivenciar a maternidade no percurso dessa graduação, independentemente de haver sido no início, no meio ou estar finalizando o curso; 3- serem as principais responsáveis pelos cuidados do(s) filho(s/as); 4- dispor de aparelho tecnológico (celular, notebook ou tablet) com acesso à internet, câmera e microfone para que possibilite a participação de forma on-line, assim como um ambiente em que a mesma considere adequado e seguro para essa finalidade.

Por fim, não há critérios de idade, número de filhos, estado civil e condição socioeconômica. Como critério de exclusão, as participantes não poderão estar com a matrícula cancelada ou trancada.

A pesquisa é caracterizada como qualitativa e participante, na qual será realizada em três momentos distintos. O primeiro é este momento de inscrição em que, ao concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deverá ser preenchido o questionário sociodemográfico com informações gerais da participante. No segundo momento, a

pesquisadora entrará em contato para apresentar melhor a proposta da pesquisa e esclarecer eventuais dúvidas. Será realizada uma entrevista inicial semiestruturada, a combinar com a participante o horário, pela plataforma *zoom*. As entrevistas serão gravadas e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora e apresentadas à participante. Por último, o terceiro momento da pesquisa será a criação de um grupo focal com todas as participantes para que sejam trabalhados nos encontros referentes à temática. A princípio, o grupo focal terá 4 encontros de pelo menos 1 hora e 30 minutos cada, ao que será combinado dia e horário comum. Os encontros serão transcritos pela pesquisadora e apresentados às participantes, tendo em vista que a caracterização é de pesquisa participante, o que inclui ter uma flexibilidade e dar voz às participantes nas decisões.

A participação é voluntária e não remunerada, o que significa que não implica em ganhos financeiros ou de natureza semelhante. Não haverá ressarcimento de qualquer gasto eventual (internet e energia elétrica, por exemplo) decorrente da participação na pesquisa. Assim como não haverá indenização de qualquer eventual prejuízo decorrente da participação na pesquisa.

Serão mantidos em sigilo seus dados e não terá a identidade divulgada, mantendo os princípios éticos de privacidade e confidencialidade, sob responsabilidade da pesquisadora. Assim como no armazenamento dos dados coletados da presente pesquisa, de forma a assegurar os princípios de sigilo e a confidencialidade de sua participação. Os dados coletados serão armazenados em um dispositivo local, enquanto durar a pesquisa, e não terão qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Os possíveis prejuízos que podem, eventualmente, ser provocados pela participação na pesquisa são de ordem emocional, mobilizando aspectos das vivências que poderão gerar desconforto, angústia e/ou outros afetos. A pesquisadora e a Professora orientadora e Psicóloga Dra. Cláudia Aline Soares Monteiro (CRP22/01392) estarão à disposição para realizar o seu acolhimento, caso esses desconfortos apareçam. Se nesses casos, você não se sentir à vontade para dar continuidade à pesquisa, poderá encerrar suas atividades na pesquisa a qualquer momento, sem que haja impedimentos. Ainda, caso seja necessário, a pesquisadora poderá encaminhar ao atendimento no Plantão Psicológico Centrado na Pessoa, um projeto de extensão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ou outro serviço de assistência em saúde mental com objetivo de sanar os possíveis danos causados pela pesquisa.

Os benefícios estão em contribuir para a produção do conhecimento acadêmico-científico, possibilitando a abertura para visibilidade das demandas de mulheres-mães na

graduação, efetivando a construção de Políticas Públicas. Assim como, ser essa uma possibilidade da participante experienciar um trabalho que aborde as implicações psicossociais, que advém dos papéis mãe, mulher e profissionalização.

Caso decida não participar, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considerar necessário, em qualquer etapa da pesquisa.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal do Maranhão (CAAE: 49647421.6.0000.5086) e aprovada sob o número do parecer 4.905.948.

Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para garantir a proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Assim, se desejar entrar em contato para suas dúvidas éticas, busque o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário. Telefone (98) 2109 1250, endereço Rua Barão de Itapary, 227, quarto andar, Centro, São Luís -MA. CEP- 65.020-070. Horários: 8:00-12:00 e 14:00-17:00.

Prof.^a Dra. Cláudia Aline Soares Monteiro/ Pesquisadora Responsável

Whatsapp: (98)982069191

Email: cas.monteiro@ufma.br

Karlesandra Ferreira da Cruz/ Pesquisadora Assistente

Whatsapp: (98)982210800

Email: karlesandra.cruz@discente.ufma.br

Considerando que estou informada do objetivo da proposta dessa pesquisa, de quais critérios para minha participação, dos procedimentos e dos possíveis riscos envolvidos, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos nessa investigação sejam utilizados para fins acadêmicos- científicos, monografia e outras publicações. Também estou ciente de que minha privacidade e sigilo serão mantidas. Assim como estou ciente de que minha participação é voluntária e não remunerada.

Após essas considerações, se desejar finalizar a sua confirmação de participação voluntária na pesquisa, clique na opção “Li e estou de acordo em participar voluntariamente” e uma cópia deste TCLE será enviada para seu e-mail e outra cópia ficará com a pesquisadora responsável.

Caso não concorde em prosseguir, apenas feche a página no seu navegador.

- Li e estou de acordo em participar voluntariamente.

Apêndice E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido *Whatsapp*

Olá! Você já tem acesso ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido na íntegra, tanto pelo e-mail quanto pelo formulário de inscrição, sendo assim, este é para permitir continuidade da coleta de dados por meio do aplicativo *WhatsApp*.

Você permite que sejam coletados dados, somente para fins da pesquisa, a partir das ferramentas do aplicativo *WhatsApp*, como mensagens, áudios, etc.? Observando, sob responsabilidade da pesquisadora, os princípios éticos de sigilo e privacidade.

- Sim, aceito
- Não aceito